

**EDITAL RESUMIDO RETIFICADO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: A CODIUB, com sede na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, Cidade de Uberaba/MG, CEP 38.061-080, no uso de suas atribuições, torna-se público, para o conhecimento dos interessados, que será realizado para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com a finalidade de selecionar propostas mais vantajosa para a administração, objetivando futuro e eventual aquisição de equipamentos e software para ampliação do projeto Cidade Vigia na Cidade de Uberaba – MG e região, através da utilização de câmeras do tipo *speed dome* e da implantação de recurso de reconhecimento facial para eventual atualização tecnológica do projeto Olho Vivo, conforme detalhamento descrito neste termo de Referência e Anexos.

Forma: Pregão Eletrônico.

Modo de disputa: Aberto.

Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: Até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura da Ata.

Tipo de licitação: Menor preço por item.

Fonte de recursos: Próprios.

Recebimento das propostas por meio eletrônico: à partir das 08h00min do dia 14/12/2020. às 09h59min do dia 23/12/2020.

Abertura das propostas por meio eletrônico: às 10h00min do dia 23/12/2020.

Início da sessão de disputa de preços: às 10h00min do dia 23/12/2020.

Valor estimado da licitação: O valor estimado da contratação será sigiloso, até a assinatura do contrato pelas partes, nos termos do art. 15, do RILC e art. 34 da Lei 13.303/16.

Informações: O Edital do Pregão Eletrônico, modo de disputa aberto nº 005/2020 estará disponível a partir das 08h00min do dia 04/12/2020 através do seguinte acesso:

- Portal eletrônico oficial da CODIUB, pelo site: <http://www.codiub.com.br/codiub/conteudo.73>
- Plataforma eletrônica do LICITANET: <https://licitanet.com.br/>.
- Demais informações podem ser obtidas pelo telefone PABX (34) 3319-6900 e/ou e-mail: licitacao@codiub.com.br.

Uberaba/MG, 11 de dezembro de 2020.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
DENIS SILVA DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

EDITAL RETIFICADO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

A Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba, com sede na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, Cidade de Uberaba/MG, CEP 38.061-080, neste Edital doravante denominada simplesmente CODIUB, no uso de suas atribuições, torna-se público, para o conhecimento dos interessados, que será realizado para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos, com a finalidade de selecionar propostas mais vantajosa para a administração, objetivando futuro e eventual aquisição de equipamentos e software para ampliação do projeto Cidade Vigia na Cidade de Uberaba – MG e região, através da utilização de câmeras do tipo *speed dome* e da implantação de recurso de reconhecimento facial para eventual atualização tecnológica do projeto Olho Vivo, conforme detalhamento descrito neste termo de Referência e Anexos.

Suporte Legal: A legislação que regula esta licitação e os documentos que a instruem são os seguintes:

- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o Estatuto Jurídico da empresa pública da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Decreto 8.538/15;
- Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, regulamenta o Sistema de Registro de Preços;
- Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015;
- Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODIUB – RILC, Versão II, aprovado pelo Conselho de Administração da CODIUB em 07/08/2019 e publicado em 21/08/2019, com vigência a partir de 07/08/2019;
- Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Lei 8.137 de 27 de dezembro de 1990 – Crime Contra Ordem Econômica e Relações de Consumo;
- Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 – modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Aviso de Licitação;
- Edital de Licitação;
- Termo de Referência;
- Minuta do Contrato;
- Anexos.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Plataforma de eletrônica de licitação: <https://www.licitanet.com.br/>

Recebimento das propostas por meio eletrônico: A partir das 08h00min do dia 14/12/2020. às

09h59min do dia 23/12/2020.

Abertura das propostas por meio eletrônico: Às 10h00min do dia 23/12/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: Às 10h00min do dia 23/12/2020.

Em caso de vir a ser decretado feriado nacional, estadual ou municipal no dia previsto para a disputa de lances, o ato ficará automaticamente transferido para o primeiro dia útil seguinte, permanecendo o mesmo horário.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e ANEXOS que dele fazem parte integrante.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa do certame.

É de responsabilidade do Proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este Edital, que serão disponibilizados no *site* www.codiub.com.br, no link licitações. É importante que o Proponente acesse o referido *site* previamente à entrega da Proposta.

Fonte de Recursos: Próprios.

O Edital deste processo licitatório, bem como outros documentos pertinentes ao mesmo, está disponível no link: <http://www.codiub.com.br/codiub/conteúdo,689>
Salientamos que este edital também está disponível no Portal de Compras Eletrônico - LICITANET: www.licitanet.com.br.

O endereço para se obter qualquer comunicação e/ou informações sobre esta Licitação é na sede da CODIUB, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, bairro Santa Marta, cidade de Uberaba/MG, cujo horário de atendimento é das 08h00min às 11h00min e das 12h00min às 17h00min, telefone (34) 3319-6900, (34) 3319-6914 ou através do *e-mail*: licitacao@codiub.com.br.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, no modo de disputa aberto, por meio da Rede Mundial de Computadores - *Internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
 - 1.1.1 Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de informática, que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para a pregoeira e total transparência dos resultados para a sociedade, por meio da Rede Mundial de Computadores - *Internet*. O sistema em referência utilizará recursos de criptografia e de autenticação, conforme determina a Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto 10.024/2019.
- 1.2 Os trabalhos serão conduzidos por empregada da CONTRATANTE, denominada pregoeira, mediante inserção de monitoramento de dados gerados ou transferidos para o portal do *site* LICITANET, constante da página eletrônica do www.licitanet.com.br.

- 1.3 A realização do procedimento é de competência da pregoeira nomeada pela CONTRATANTE, terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) Coordenar, supervisionar e dirigir os trabalhos da Equipe de Apoio;
 - b) Responder e solucionar as questões propostas pelos interessados, relativas ao certame;
 - c) Receber, examinar e julgar as propostas e documentos de habilitação, conforme requisitos e critérios estabelecidos no Edital;
 - d) Abrir as propostas de preços, inclusive àquelas processadas por sistema de informática;
 - e) Analisar a aceitabilidade das propostas, advertindo as licitantes sobre a desclassificação das propostas por “preço excessivo” ou “manifestamente inexequível”;
 - f) Desclassificar propostas, indicando os motivos;
 - g) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - h) Realizar a negociação com o licitante que oferecer o lance de menor preço;
 - i) Verificar a habilitação do proponente classificado em 1º (primeiro) lugar;
 - j) Declarar o vencedor;
 - k) Receber, examinar e decidir sobre a admissibilidade dos recursos de forma motivada;
 - l) Dar ciência aos interessados das suas decisões;
 - m) Elaborar a ata da sessão, assinando o seu termo;
 - n) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
 - o) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorizar a contratação;
 - p) Propor à autoridade competente a instauração de processo administrativo punitivo objetivando a aplicação de sanções;
 - q) Atender ao contido no art. 22 do RILC.
- 1.4 A pregoeira, conjuntamente com a Equipe de Apoio, dará sequência ao processo de Pregão, atendendo **rigorosamente** às normas deste Edital e, também, a legislação em vigor.
- 1.5 As publicações dos respectivos atos oficiais do pregão ocorrerão na imprensa oficial do Município de Uberaba e no sítio eletrônico oficial da Contratante.
- 1.6 Para efeito desta Licitação serão usadas as seguintes siglas:
- RILC – Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios.
 - CODIUB – Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba.
 - CRC – Certificado de Registro Cadastral.
 - SRP – Sistema de Registro de Preço.
 - ECD – Escrituração Contábil Digital.
 - SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.
 - DLPA – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.
 - DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.

2. DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto desta licitação o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, visando futura e eventual aquisição de equipamentos e software para ampliação do projeto Cidade Vigia na

Cidade de Uberaba – MG e região, através da utilização de câmeras do tipo *speed dome* e da implantação de recurso de reconhecimento facial para eventual atualização tecnológica do projeto Olho Vivo, conforme detalhamento descrito neste termo de Referência e Anexos.

- 2.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante neste Edital, facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA

- 3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, oriunda deste Pregão Eletrônico, será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.
- 3.2 Caso seja necessária a elaboração do Termo de Contrato, o período de vigência para aquisição dos materiais será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, o que deverá ocorrer dentro do prazo de validade da respectiva Ata, sendo improrrogável o prazo acima, conforme caput do artigo 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013.
- 3.3 **A aquisição do objeto deste Edital será de acordo com as necessidades da Contratante, por intermédio da Ordem de Fornecimento.**
- 3.4 Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.
- 3.5 As entregas dos materiais deverão ser realizadas na sede da CODIUB, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, bairro Santa Marta, cidade de Uberaba/MG, CEP 38.061-080 em horário comercial, a qual será de total responsabilidade e risco da licitante vencedora, incluindo o transporte, carga e a descarga, sendo a aceitação do objeto realizada pela Comissão de Recebimentos de Materiais responsável.
- 3.6 Decorrido o respectivo processo licitatório, a empresa vencedora será convocada para entregar o objeto licitado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato e Ordem de Fornecimento.
- 3.7 O objeto desta licitação deverá ser entregue na mesma forma em que é apresentado no comércio, desde que atenda às especificações solicitadas.
- 3.8 A Ordem de Fornecimento só será encaminhada após a assinatura do Termo de Contrato.
- 3.9 O contrato decorrente do presente sistema de registro de preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.10 Os equipamentos novos e as licenças deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, situada na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, bairro Santa Marta, a qual será de total responsabilidade e risco da licitante vencedora o transporte, carga e descarga.
- 3.11 Caberá ao responsável pelo recebimento receber e conferir a qualidade, quantidade, validade e a integridade das embalagens para, posteriormente, atestar as Notas Fiscais.
- 3.12 A entrega de equipamentos fora das especificações deste Edital, com avarias decorrentes do transporte ou com defeitos de fabricação, a empresa deverá, por sua conta, recolher os mesmos e providenciar a devida substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da

comunicação à empresa.

4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 4.1 O órgão gerenciador será a Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.4 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 5.5.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
- 5.6 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva ata.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1 O Credenciamento é o registro cadastral no Portal de Compras LICITANET, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.2 O cadastro das licitantes poderá ser iniciado no Portal de Compras do LICITANET, no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

- 6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.4 O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.
- 6.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 6.7 O credenciamento no Portal de Compras LICITANET deverá ser previamente realizado pela licitante, antes da data prevista para abertura da sessão pública.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 7.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições constantes neste Edital e seus Anexos.
- 7.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 7.3 Nos termos do art. 3º, §3º da Lei n. 8.248/1991, a aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns, poderá ser realizada na modalidade pregão, restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico.
- 7.4 Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.
 - 7.4.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 7.4.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 7.4.3 Que se enquadrem nas vedações previstas na Lei 13.303/16 e no RILC, impedidas de participar, de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - a) Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do artigo 38 da Lei 13.303/16;
 - b) Com registro de **inidoneidade** no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
 - c) Com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

- d) Que se enquadrem em um ou mais dispositivos dos artigos 10 e 11 do RILC;
 - e) Declaradas inidôneas pela União, por Estados, por Distrito Federal ou pelo Município de Uberaba/MG, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - f) Sob processo de falência, judicialmente decretada;
 - g) Licitante que se apresente constituída na forma de empresa em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - h) Que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
 - i) Que, embora qualificadas como microempresa ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do art. 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123/2006;
 - j) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no RILC da CODIUB;
 - k) Demais casos previstos na Lei.
- 7.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 7.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 7.5.2 A assinalação do campo próprio apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - 7.5.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 7.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 7.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 7.6 Caberá à licitante interessada em participar do pregão na forma eletrônica, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 8.1 A licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário estipulados neste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas iniciais.
- 8.2 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.
- 8.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

- 8.4 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.5 Até a data e horário estipulados neste Edital as licitantes poderão retirar, alterar ou substituir as propostas apresentadas.
- 8.6 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme Anexo III deste Edital.
- 8.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 8.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 8.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 8.10 Será desclassificada a Proposta que:
- 8.10.1 Não atender as exigências contidas no objeto desta licitação;
 - 8.10.2 For omissa em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que apresente rasuras, borrões, entrelinhas ou emendas que dificultem o entendimento pela Pregoeira/Equipe de Apoio;
 - 8.10.3 Afronte qualquer dispositivo legal vigente;
 - 8.10.4 Não estiver assinada pelo representante legal da empresa proponente ou por procurador devidamente habilitado.
- 8.11 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:
- 8.11.1 Valor unitário;
 - 8.11.2 Fabricante;
 - 8.11.3 Marca;
 - 8.11.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de garantia.
 - 8.11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 8.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.13 A Pregoeira desclassificará as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem

como as que ofertarem preços manifestamente inexequíveis.

- 8.13.1 Consideram-se INEXEQUÍVEIS as propostas comprovadamente inviáveis em razão dos custos dos insumos das mercadorias serem incoerentes e incompatíveis com a execução plena e eficiente do objeto licitado, dada às condições e exigências especificadas neste Edital.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.1.1 As propostas registradas no Sistema do site LICITANET, **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será DESCLASSIFICADA pela Pregoeira.
- 9.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e as licitantes.
- 9.4 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 9.5.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.5.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.6 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado quando houver o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances intermediários em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.7.1 O procedimento de empate será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o tempo randômico o sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. Em seguida, o sistema habilitará para a pregoeira que permitirá a convocação da empresa que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a empresa em situação de empate que deverá, em 05 (cinco) minutos ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para

- o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.
- 9.7.2 Não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo à pregoeira dar encerramento à disputa.
- 9.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.9 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 9.10 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 9.10.1 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes.
- 9.11 O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.11.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 9.12 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertada, para efeito de ordenação das propostas.
- 9.13 Encerrada a etapa de lances o sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.14 Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.14.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 9.15 O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço por item, desde que exequível e ofertado na etapa de propostas.
- 9.15.1 No caso de nenhuma licitante apresentar lance na respectiva etapa, considerar-se-ão os valores obtidos na etapa de propostas. Havendo empate de preços será considerada como vencedora a proposta registrada em primeiro lugar.

- 9.16 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço ajustado, conforme menor lance ofertado, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 9.17 A Pregoeira poderá convocar a licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.17.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.17.2 O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 9.18 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.19 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.20 A decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio e os eventos ocorridos estarão consignados em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico.
- 9.21 As licitantes deverão consultar regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.
- 9.22 No pregão na forma eletrônica, realizado para o Sistema de Registro de Preços, quando a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessárias para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.
- 9.23 As licitantes deverão verificar com atenção, os telefones, endereços e *e-mail* para contato, constantes neste Edital.

10. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 10.1 A licitante deverá anexar no Portal de Compras LICITANET **TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.** Os documentos de habilitação permanecerão em sigilo até o final da disputa de preços.
- 10.2 Após a etapa de lances e negociação, a licitante classificada com o melhor preço deverá apresentar os documentos exigidos nesse item do Edital, **encadernados ou grampeados em pasta própria e numerados e assinados pelo representante legal,** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da disputa, no seguinte endereço:

Rua Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, Uberaba/MG, CEP 38.061-080.

- 10.2.1 Esses documentos podem ser apresentados presencialmente com cópia não autenticada, desde que seja exibido o original para autenticação pela pregoeira no ato da apresentação ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, com exceção daqueles emitidos por meio de sistema eletrônico via Internet.
- 10.3 Todas as certidões deverão estar com prazo de validade vigente na data de sua apresentação.
- 10.4 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração da vencedora, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa e aceita pela Contratante.
- 10.5 A pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/99.
- 10.5.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, com vistas ao saneamento que trata o item 10.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 10.5.2 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.6 Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.8 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 10.9 **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 10.9.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.9.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- 10.9.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9.3.1 Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.
- 10.9.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 10.9.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.9.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI.
- 10.9.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 10.9.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

OBSERVAÇÃO:

O ramo de atividade constante do objeto social deverá ser compatível ao objeto ora licitado.

10.10 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 10.10.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 10.10.2 Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município do seu domicílio;
- 10.10.3 Certidão Negativa de Débitos Estaduais referente a Fazenda Pública do Estado, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual;
- 10.10.4 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- 10.10.5 Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 10.10.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do

Trabalho;

- 10.10.7 Caso a licitante detentora do menor preço seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 10.10.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 10.10.9 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

Observação: Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

10.11 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

- 10.11.1 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de **90 (noventa) dias** anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.
- 10.11.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da Proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.
- 10.11.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 10.11.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 10.11.3 Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
- 10.11.3.1 Na sociedade empresária regida pela Lei nº 6.404/76, sociedade anônima ou por ações:

- Publicados em Diário Oficial ou,
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.11.4 As demonstrações contábeis compreendem: DLPA (Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados) e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

10.11.5 Nos demais casos:

10.11.5.1 Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

10.11.5.2 Para as empresas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital (ECD) e transmiti-la ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a comprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis se dará por meio de apresentação do Livro Diário Eletrônico, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, com o respectivo comprovante de entrega de ECD ao SPED Contábil.

10.11.6 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

ONDE: LG = liquidez Geral
SG = Solvência Geral
LC = Liquidez Corrente

Justificativa dos Índices:

- A CONTRATANTE, precisa ter ciência dos riscos da contratação, uma vez que não pode, por sua própria conta avaliar, informar e decidir por determinada sociedade. O processo licitatório, no entanto, além de considerar a contratação mais vantajosa em termos financeiros, não pode deixar de lado a responsabilidade de correr riscos de inadimplência trazendo prejuízos incalculáveis não só ao erário, como também à moral administrativa e aos consumidores finais do serviço CONTRATADO.
- A análise financeira é tarefa bastante complexa e de fundamental importância numa sociedade moderna. Para se proceder à análise, é necessário decompor em todas as partes examinando

em busca de explicações, ou de alguma característica ou anormalidade que se pretende identificar. Cada índice estabelecido no edital tem sua importância e objetivo.

- Ao estipular tais índices, a CONTRATANTE busca, garantindo uma concorrência entre licitantes que tenham plena capacidade de adimplir com as obrigações a serem CONTRATADAS.

10.11.6.1 A licitante deve demonstrar, preferencialmente em planilhas, os cálculos utilizados para obtenção dos índices exigidos no subitem 10.11.

10.11.7 A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensada:

- (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e
- (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.12 Os documentos constantes dos subitens 10.9 à 10.11 **poderão ser substituídos** pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC), expedido pelo **Município de Uberaba/MG**, com as certidões devidamente atualizadas.

10.13 **OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

10.13.1 Declaração formal da licitante afirmando ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006 (e suas alterações), de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO IV.

10.13.2 Declaração formal de que a licitante não possui em seu quadro pessoal, menor de dezoito anos, empregado ou associado realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho, menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (Lei Federal nº 9.854/1999) de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO V.

10.13.3 Declaração formal da licitante afirmando não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por força da vedação imposta pelo artigo 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO VI.

10.13.4 É facultada à Pregoeira e Equipe de Apoio, visando verificar e comprovar a veracidade da declaração prevista no subitem anterior, consultar e exigir das licitantes, documentos pertinentes a tal constatação, bem como realizar outras diligências necessárias e voltadas para este fim.

10.14 **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

10.14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

10.14.1.1 Nas hipóteses de provimento de impugnações ou recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada

a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

10.14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

10.14.1.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.15 Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas mediante sistema eletrônico para acompanhar a sessão reaberta.

10.15.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail cadastrado no site LICITANET, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.16 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

10.16.1 Os documentos constantes dos subitens 10.9, 10.10 e 10.11 **poderão ser substituídos** pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC), com as certidões devidamente atualizadas, expedido por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, em vigor na data da abertura dos documentos comprobatório da habilitação, ou os documentos exigidos nos artigos 29 e 33 do RILC.

10.16.2 Caso algum documento seja emitido via *internet*, não será necessária a sua autenticação, uma vez que será efetuada a devida conferência, pela Pregoeira e/ou Equipe de Apoio no *site* do órgão competente.

10.16.3 Em se verificando qualquer irregularidade com a documentação mencionada, exceto a fiscal e trabalhista, será concedido o prazo de até 02 (dois) dias úteis, à critério da pregoeira, para realizar sua adequação aos termos do Edital, sob pena de inabilitação, bem como incidir às demais sanções impostas no Edital. Salvo o disposto no Decreto 8.538/15.

10.16.3.1 Caso a licitante proclamada como vencedora do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo ser aplicadas às penalidades previstas na legislação que rege o procedimento e será convocada a próxima licitante, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observando que a pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que se encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.

10.16.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

10.16.5 Atendendo ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06, Decreto 8.538/15, no

caso da microempresa ou empresa de pequeno porte não comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista, será emitida mensagem pela pregoeira no “Chat Mensagens” notificando a empresa da irregularidade.

- 10.16.6 Em caso de inabilitação da licitante vencedora, será convocada outra licitante na ordem de classificação, até que se encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.
- 10.16.7 Em caso de inabilitação ou desclassificação de empresa que utilizou o disposto na Lei Complementar 123/06, serão convocadas, em ordem de classificação, as empresas subsequentes em condições de utilizar o mesmo dispositivo, através de notificação no “Chat Mensagens”, a partir da qual, a microempresa ou empresa de pequeno porte terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para registrar uma nova proposta.
- 10.16.8 Caso não haja outra proposta nestas mesmas condições, será retomada a melhor oferta apresentada ao final da fase de lances.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1 Qualquer interessado poderá impugnar o ato convocatório do presente pregão, até o 5º (quinto) dia útil anterior à data da disputa, nos termos do artigo 27 do RILC e Lei 13.303/2016.
- 11.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@codiub.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, Uberaba/MG, CEP 38.061-080.
- 11.3 A CONTRATANTE deverá processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 03 (três) dias úteis contados da interposição.
- 11.4 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão encaminhados via e-mail e estarão disponíveis para consulta pública por qualquer interessado no site da Contratante e serão incluídos nos autos do processo licitatório.
- 11.5 Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 11.6 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- 11.7 Na hipótese de a CONTRATANTE não responder a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação será adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

12. DO MODO DE DISPUTA ABERTO

- 12.1 Será adotado o critério o modo de disputa aberto, cujo intervalo mínimo de diferença de valores entre os **lances intermediários será de no mínimo de R\$100,00 (cem reais)**, em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

- 12.2 A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 12.2.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;
- 12.2.2 Na hipótese de não haver novos lances enviados na forma estabelecida no item 13.2, a sessão pública será encerrada automaticamente;
- 12.2.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 13.2.1, a pregoeira poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, mediante justificativa.
- 12.3 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 12.4 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.
- 12.5 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

13. DA NEGOCIAÇÃO

- 13.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.
- 13.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 13.1.2 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 13.2 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 13.3 A pregoeira negociará com a licitante que apresentou o lance de menor preço por meio do Sistema, enquanto o item estiver arrematado acessando a sequência “Relatório da disputa” para cada lote disputado e “contraproposta”, nos termos do art. 49, inciso XIII do RILC.
- 13.4 O sistema informará a proposta de menor preço e seu autor, imediatamente após o encerramento

da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.

14. DO JULGAMENTO

- 14.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço e verificará a habilitação da licitante conforme condições do Edital.
- 14.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor, de forma crescente.
- 14.3 Havendo inoperância do sistema LICITANET por motivos alheios a vontade da CONTRATANTE, a pregoeira enviará mensagem às licitantes por meio do aplicativo do sistema. As licitantes deverão visualizar as mensagens.
- 14.4 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, deverá ser analisada a efetividade e exequibilidade de proposta para que, em seguida, seja solicitado o encaminhamento, pela Licitante que ofereceu a melhor proposta, dos documentos descritos no item 11 para comprovar a sua regularidade.
- 14.5 A Licitante que ofereceu a melhor proposta deverá apresentar a sua Proposta de Preços, nos termos do Modelo Anexo III, na qual constará:
- Descrição do objeto desta licitação que deverá atender as especificações constantes deste Edital;
 - Preço unitário de cada produto ofertado;
 - Nome completo, CNPJ e assinatura do representante legal, identificando-o (nome e CPF).
- 14.6 Terminada a disputa de preços, o autor do menor lance classificado, deverá encaminhar para o *e-mail*: licitacao@codiub.com.br, **SOMENTE** a cópia da proposta de preços ajustada, contendo o PREÇO UNITÁRIO, com até duas casas decimais, dentro do prazo máximo de duas horas, contados do encerramento da disputa, para que a pregoeira responsável possa verificar com o preestabelecido neste Edital, devendo ser encaminhado posteriormente o original.
- 14.6.1 A proposta impressa deverá ser enviada juntamente com os documentos de habilitação, na via original ou cópia autenticada à Pregoeira, para a sede da CONTRATANTE, na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, Uberaba/MG, CEP 38.061-080, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da realização do pregão;
- 14.6.2 Deverá ser apresentado junto da proposta o comprovante de poderes do representante legal, na forma do subitem 10.2 e seus subitens do Edital ou procuração, sob pena de desclassificação.
- 14.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos destinado ao registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens para contratações futuras da Administração Pública.
- 15.2 A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.
- 15.3 Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para realização do certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.
- 15.4 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Pública de firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 15.5 Para comprovação da vantajosidade dentro do Sistema de Registro de Preços (SRP) faz-se necessária a realização periódica de pesquisa de mercado do objeto a ser contratado.
- 15.6 Este Registro de Preços, durante sua vigência e em conformidade com o artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, poderá ser utilizado por órgãos ou entidades de qualquer esfera da Administração Pública, independentemente da condição de Órgão Participante do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, até o limite de cem por cento, por órgão ou entidade, do quantitativo inicialmente previsto e desde que o quantitativo total, decorrente das adesões à ata de registro de preços, não exceda ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na referida ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 15.7 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.8 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 15.8.1 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

- 15.9 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.9.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 16.1 Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.
- 16.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.
- 16.2 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao da licitante vencedora, estas serão classificadas segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 16.3 Esta ordem de classificação das licitantes registradas deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

17. DA INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO

- 17.1 Declarada a vencedora e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, no prazo de 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 17.1.1 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 11.1, importará na decadência desse direito, estando a pregoeira autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora;
- 17.1.2 A pregoeira decidirá na sessão, se a motivação da manifestação da intenção de interposição do recurso da licitante está de acordo com o objeto ora licitado e em decorrência da legalidade do procedimento licitatório;
- 17.1.3 Para a licitante que declarou sua intenção de recorrer durante a sessão pública, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as Razões de Recurso;
- 17.1.4 O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis e fazê-lo subir à instância administrativa, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis.
- 17.1.5 As demais licitantes, ficarão intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, sendo-lhes

assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.2 À Pregoeira caberá o juízo de admissibilidade.

17.2.1 Não serão recebidos os recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pela licitante.

17.3 Os recursos contra decisões da Pregoeira não terão efeito suspensivo.

17.4 No caso de acolhimento do recurso, importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

17.5 Na ausência de recurso das licitantes o objeto do certame será adjudicado pela Pregoeira à licitante vencedora e encaminhado processo à autoridade competente para propor a homologação.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

17.7 Caso seja aprovado as Razões Recursais, a autoridade competente poderá:

17.7.1 Determinar o retorno dos autos para o possível saneamento de irregularidades;

17.7.2 Homologar e/ou adjudicar o objeto da licitação e convocar a licitante vencedora para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

17.7.3 Anular o processo, no todo ou em parte, por vício de legalidade, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;

17.7.4 Revogar o processo, no todo ou em parte, em decorrência de fato superveniente à instauração, que constituía óbice manifesto e incontornável à continuidade do processo, devidamente justificado;

17.7.5 Declarar o processo deserto, na hipótese de nenhum interessado ter acudido ao chamamento; ou

17.7.6 Declarar o processo fracassado, na hipótese de todas as licitantes terem sido desclassificados ou inabilitados.

17.8 O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este Edital poderão ser consultados no endereço: <[www.licitanet.com.br-assistir disputa](http://www.licitanet.com.br-assistir_disputa)>, que será atualizado a cada nova fase do pregão.

18. DA ADJUDICAÇÃO

18.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19. DA HOMOLOGAÇÃO

- 19.1 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.2 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para retirar o contrato no prazo e condições definidos neste Edital.
- 19.2.1 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, aceitar e retirar o contrato, estará sujeito às penalidades previstas no RILC. Neste caso, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.
- 19.3 As empresas licitantes deverão considerar que:
- 19.3.1 São responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como formais e verdadeiras suas propostas e lances;
- 19.3.2 Ficam incumbidas de acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

20. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 20.1 O pagamento será realizado em duas parcelas de igual valor, sendo a primeira parcela em 30 (trinta) dias a contar da data de entrega do equipamento e softwares, e a segunda parcela em 60 (sessenta) dias contado do recebimento.
- 20.2 O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.
- 20.3 Deverão estar incluídas, no preço do objeto, todas as despesas, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.
- 20.4 No caso de atraso de pagamento serão aplicadas as seguintes sanções:
- 20.4.1.1 Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, limitada a 2% (dois por cento);
- 20.4.1.2 Juros moratórios calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, *pró rata-die*, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta;
- 20.4.2 Correção monetária calculada com base no INPC/IBGE, *pró-rata-die*, incidente a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.
- 20.4.3 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços homologados na Ata, os quais incluem todos os custos necessários à perfeita execução do Contrato.

- 20.4.4 Fica estabelecido que a CONTRATADA não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária e a CONTRATANTE não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.
- 20.5 A Nota Fiscal Eletrônica de Serviço ou documento equivalente - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao *e-mail*: <licitacao@codiub.com.br>, todavia, as mercadorias serão encaminhadas juntamente com nota Fiscal de simples remessa.
- 20.6 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA.
- 20.7 O pagamento só será liberado quando a nota fiscal estiver em total conformidade com as especificações.
- 20.8 A CONTRATADA deverá fornecer, juntamente com a documentação, declaração da qual conste o número da conta corrente, agência e nome do banco para respectivo pagamento.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 21.1 Nos termos da Lei nº 10.192/2001, § 1º, art. 2º, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 01 (um) ano.

22. DO CONTRATO

- 22.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato e Ordem de Fornecimento no prazo de vigência da contratação, ou seja, 12 (doze) meses contados da Assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 22.2 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 22.3 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar, assinar e aceitar o contrato, estará sujeito às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODIUB – RILC. Neste caso, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.
- 22.4 É facultado à CONTRATANTE, quando a vencedora convocada não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas:
- 22.4.1 Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;
- 22.5 As empresas licitantes deverão considerar que:

- 22.5.1 São responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo

como formais e verdadeiras suas propostas e lances.

22.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

22.6.1 Na hipótese de a vencedora da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a essa licitante, poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

23. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

23.1 Executar a entrega dos equipamentos e licenças em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas, com os rigores previsíveis em normas de regência e legislação técnica vigente.

23.2 Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização.

23.3 Além das obrigações dispostas no ANEXO II (Termo de Referência) deste Edital, a licitante ficará obrigada e responsável pelo que se segue:

23.3.1 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação.

23.3.2 Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos do objeto deste Edital.

23.4 Antes de apresentar sua proposta a licitante deverá analisar e consultar as especificações, executando todos os levantamentos de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou de quantidade.

23.5 Caberá a licitante contratada consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do objeto especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso da entrega devido ao não cumprimento por parte do fornecedor.

23.5.1 A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, fiscalizações, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE;

23.5.2 A existência e a atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

23.6 Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

- 23.6.1 É expressamente proibida a contratação de funcionário pertencente ao quadro de pessoal dos contratantes durante a vigência do contrato;
- 23.6.2 A Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições habilitárias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamento e aditivos de qualquer natureza;
- 23.6.3 Obriga-se a licitante vencedora a executar diretamente o contrato sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizadas pela CONTRATANTE;
- 23.6.4 Manter absoluto sigilo sobre os documentos e dados que tiver acesso, em decorrência da execução do contrato.

24. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 24.1 Além das obrigações dispostas no ANEXO II (Termo de Referência) deste Edital, os contratantes ficarão obrigados e responsáveis pelo o que se segue:
 - 24.1.1 Prestar informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelos funcionários da licitante vencedora;
 - 24.1.2 Exercer a fiscalização, coordenação e orientação por meio do gestor e fiscal do contrato;
 - 24.1.3 Comunicar oficialmente à licitante vencedora quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
 - 24.1.4 Envidar esforços a tempo para o fornecimento das informações, dados e documentos, da contratante e dos beneficiários, solicitados pela Licitante vencedora;
 - 24.1.5 Facilitar a comunicação entre a Licitante vencedora e os Beneficiários no que tange as regras de utilização do contrato;
- 24.2 Cabe à CONTRATANTE, a seu critério e através da área requisitante, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do objeto licitado. Esta fiscalização verificará a correta execução do contrato, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado.
 - 24.2.1 A CONTRATANTE também ficará autorizada à preventivamente, promover a retenção dos créditos devidos em decorrência da execução do presente contrato, quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato relativos ao não pagamento ou a discussões administrativas ou judiciais relativas à encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais resultantes da execução do contrato.

25. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

- 25.1 O contrato será acompanhado, coordenado e fiscalizado pelo gestor e fiscal, que são os agentes designados pela CONTRATANTE e terão as seguintes atribuições:
 - 25.1.1 O gestor do contrato será competente para exercer as seguintes funções:

- a) Acompanhar o procedimento licitatório;
- b) Dar ciência aos seus superiores hierárquicos sobre possíveis irregularidades na execução do contrato;
- c) Controlar o prazo de vigência do contrato;
- d) Comunicar à autoridade competente as irregularidades, quando couber.

25.1.2 O fiscal do contrato será competente para exercer as seguintes funções:

- a) Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro no processo todas as ocorrências relacionadas à sua execução do contrato;
- b) Esclarecer dúvidas que estiverem sob a sua alçada;
- c) Verificar se o objeto contratado está acontecendo conforme o pactuado;
- d) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, cumprimento das leis consumeristas e demais leis pertinentes ao contrato, comunicando formalmente ao gestor do contrato as irregularidades.

25.2 A contratante deverá manter atualizados os nomes dos responsáveis do gestor e do fiscal do Contrato.

25.3 A atualização da alteração da designação dos agentes fiscal e gestor do contrato será realizada dentro dos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento, rescisão do contrato de trabalho ou exoneração dos agentes de serviços públicos designados.

25.4 A responsabilidade dos agentes designados pela contratante perdurará até o fim do contrato.

25.5 A CONTRATANTE, por meio do gestor e fiscal do contrato, a qualquer tempo, terá acesso à inspeção do objeto e documentos, verificando as condições de atendimento do contrato.

25.6 A CONTRATANTE prestará informações/esclarecimentos atinentes ao objeto e proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro do prazo e das condições estabelecidas em contrato.

25.7 Os responsáveis designados como gestor e o fiscal do contrato serão nomeados no contrato.

26. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

26.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/adjudicatária que:

- 26.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 26.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 26.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 26.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 26.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 26.1.6 Não mantiver a proposta;
- 26.1.7 Cometer fraude fiscal;
- 26.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 26.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 26.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 26.4 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o RILC ou com as regras deste Edital, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 26.5 Na hipótese de descumprimento das normas deste Edital ou de inadimplemento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às penalidades previstas no RILC e na Lei 13.303/2016, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, compreendendo as seguintes sanções:
- 26.5.1 **ADVERTÊNCIA** – a sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.
- I. A aplicação da sanção de advertência importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CONTRATANTE, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não;
- II. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.
- 26.5.2 **MULTA** – poderá ser aplicada na seguinte forma:
- I Em decorrência da **interposição de recursos meramente procrastinatórios**, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- II Em decorrência da **não regularização da documentação de habilitação**, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado da Licitante e concessão pela CONTRATANTE, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- III Pela **recusa em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a

licitação em questão;

- IV No caso de atraso na entrega da garantia contratual quando houver previsão, após 10 (dez) dias úteis contados da celebração do contrato, incidirá multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- V No caso de **inexecução parcial**, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada;
- VI No caso de **inexecução total**, incidirá multa na razão de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato;
- VII Nos **demais casos de atraso**, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela executada em atraso.

a) Correspondem os seguintes valores de multa:

- I. 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia, que ultrapassar o prazo previsto para execução do contrato, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;
- II. Na hipótese de descumprimento das exigências referentes às especificações técnicas ou de quaisquer disposições deste Edital, bem como, atraso superior a 15 (quinze) dias, a empresa vencedora ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;
- III. As multas, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, caso seja superior ao valor da garantia prestada, quando houver previsão, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou cobradas judicialmente;
- IV. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos.

26.5.3 As sanções de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis

26.5.4 MULTA COMPENSATÓRIA;

- I. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

26.5.5 SUSPENSÃO DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CONTRATANTE, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS.

26.5.5.1 Caberá a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

26.5.5.2 São condutas passíveis de punição de suspensão, aquelas nas quais cause danos

direto e/ou indiretos à CONTRATANTE, dentre outras: Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);

- 26.5.5.3 A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada;
- 26.5.5.4 O prazo da sanção a que se refere o subitem acima, terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Município;
- 26.5.5.5 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;
- 26.5.5.6 Caso a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um outro contrato, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, garantido o contraditório e a ampla defesa, rescindir o outro contrato mediante comunicação escrita previamente enviada a CONTRATADA, ou mantê-lo vigente;
- 26.5.5.7 A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 26.5.5.8 A sujeição da aplicação das penalidades ao exercício do contraditório não impede a CONTRATANTE de a bem do interesse público, rescindir o Contrato de forma unilateral e imediata, ocasião em que a defesa e o recurso administrativo não terão efeito suspensivo;
- 26.5.5.9 Os referidos valores das multas serão fixados em reais e atualizados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE) na data de sua liquidação;
- 26.5.5.10 Sem prejuízo do exercício do contraditório, as penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas pela metade caso a CONTRATADA demonstre que promoveu atos que reduziram efetivamente os danos resultantes de sua conduta, ou, ainda, no caso de culpa recíproca;
- 26.5.5.11 Se a redução dos danos for completa, as penalidades poderão ser reduzidas em até 2/3 (dois terços);
- 26.5.5.12 A demonstração dos fatos que ensejam a penalidade, bem como da redução a que se referem os itens acima 20.5.5.10 e 20.5.5.11, serão efetuadas em procedimento próprio e posteriormente submetidas à análise do **Advogado Procurador**, para recomendação das providências legais cabíveis;
- 26.5.5.13 A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

b) Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados;
 - IV. Tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - V. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - VI. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - VII. Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - VIII. Ter criado, de modo fraudulenta ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;
 - IX. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulenta, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - X. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
 - XI. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.
- 26.6 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 27.1 Obrigam-se, tanto os empregados da CONTRATANTE a quanto toda as licitantes participantes do processo de licitação, dentre outros princípios, aos postulados da legalidade, moralidade, isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

- 27.2 As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e à aquisição proposta no presente instrumento, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.
- 27.3 As práticas passíveis de rescisão podem ser definidas, dentre outras, como:
- a) **Corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;
 - b) **Fraudulenta:** falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
 - c) **Colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
 - d) **Coercitiva:** causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - e) **Obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.
- 27.3.1 As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes / gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/13.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 28.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 28.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pela Pregoeira.
- 28.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 28.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 28.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 28.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 28.7 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 28.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 28.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 28.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 28.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.codiub.com.br/codiub/conteudo,73> e também poderão ser lidos e/ou obtidos informações sobre esta licitação no endereço na sede da CODIUB, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, bairro Santa Marta, cidade de Uberaba/MG, cujo horário de atendimento é das 08h00min às 11h00min e das 12h00min às 17h00min, telefone (34) 3319-6900, (34) 3319-6914 ou através do *e-mail*: licitacao@codiub.com.br.

28.12 Integram o presente Edital:

ANEXO I	DESCRIÇÃO DOS ITENS;
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO III	MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL;
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO A MENOR;
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO;
ANEXO VII	MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇOS;
ANEXO VIII	MINUTA DE CONTRATO.

28.13 A apresentação da proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:

- 28.13.1 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da CONTRATANTE as informações necessárias, antes de apresentá-la;
- 28.13.2 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital;
- 28.13.3 Considerou que o Edital e/ou anexos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
- 28.13.4 Atende as condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento

previstas no Edital.

- 28.14 Fica também estabelecido que as especificações, os anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.
- 28.15 A CONTRATANTE poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões nos presentes documentos de licitação a qualquer tempo. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 28.16 A CONTRATANTE poderá, até a data da celebração do Contrato, desclassificar por despacho fundamentado a vencedora da licitação, se houver qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da Licitação que desabone sua idoneidade, capacidade técnica, administrativa e financeira, sem que caiba à vencedora nenhuma indenização ou ressarcimento, independentemente de outras sanções legais decorrentes da adesão a este Edital.
- 28.17 É facultado à CONTRATANTE, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da mesma, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório.
- 28.18 A Pregoeira tem autonomia para resolver todos os casos omissos, interpretar e dirimir dúvidas que porventura possam surgir, bem como aceitar ou não qualquer interpelação.
- 28.19 A Pregoeira, durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer licitante, informações sobre a documentação exigida, fixando o prazo que julgar necessário para o atendimento, não sendo, porém, permitida a complementação de documentos.
- 28.20 A administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Uberaba do Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

Uberaba/MG, 11 de dezembro de 2020.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB
DENIS SILVA DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

**ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS ITENS**

ITEM 1	QUANT./ UNID.	DESCRIÇÃO
	100	<p>Câmera IP do tipo Speed Dome com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Câmera IP do tipo Speed Dome com as seguintes características: - Deve possuir sensor de imagem Starvis CMOS 1/1.8" com varredura progressiva; - Deve suportar resolução mínima de 2MP (1920x1080); - Seu obturador deve ter uma velocidade mínima de 1/1s a 1/30000s e controle íris de forma automática, semiautomático e manual; - Deve possuir memória ROM de no mínimo 4GB e memória RAM de no mínimo 1GB; - Deve possuir sensibilidade de no mínimo 0,001 lux no modo colorido e 0,0001 lux no modo P&B; - Deve possuir máscara de privacidade de no mínimo de 24 áreas; - Sua lente deve possuir comprimento focal 5.8mm a 191.4 mm, com controle de abertura máxima de F1.5 ~F4.8, com foco automático, semiautomático e manual; - Sua lente deve possuir no mínimo ângulo de visão H: 60.1° - 3.2°, V: 35.3° - 1.8° e D:67,9° - 3.7°, com distancia próxima de foco de 0.1m-1m, controle de Iris Automático e manual; - Zoom óptico deve ser no mínimo 33x e zoom digital de pelo menos 16x; - Deve possuir distância DORI em detectar com 1655m, observar com 622m, reconhecer com 331m e identificar com 165m; - Deve possuir a compressão de vídeo H.265, H.265+, H.264+, H.264, MJPEG; - Deve possuir compressão de áudio G.711A, G.711Mu, G.726, AAC, G.722.1, G.723, G.729, PCM, MPEG2-Layer2; - Deve possuir no mínimo 3 streams (convencional: 1080P /1.3M/720P (1-50/60 fps) Sub stream 1: D1/CIF (1-25/30 fps), Sub stream 2: 1080P/1.3M/ 720P/D1/CIF (1-25/30 fps); - Deve possuir controle de taxa Bits H.264, H.265: 3Kbps-20480Kbps, seu controle deve ser variável e constante; - Deve possuir uma resolução de vídeo 1080P (1920 × 1080); 1.3M (1280X960), 720P (1280 × 720); D1 (704 × 576/704 × 480); CIF (352 × 288/352 × 240); - Deve possuir compensação de luz Dia/Noite, função ICR, color e preto/branco, balanço de branco (Automático / Interno / Externo / Rastreamento / Manual / Lâmpada de sódio / Luz natural / Lâmpada de rua) e controle ganho automatico e manual; - Deve suportar (BLC, HCL), IVS geral (objeto abandonado/ausente); - Deve possuir inteligência artificial, com captura de imagem humanas, de veículos automotores e não motorizados, proteção de perímetro tripwire e intrusão, suportar o acionamento de alarmes por tipos de alvo (humano e veículo) e filtragem de alarmes falsos causados por animais, folhas, luzes brilhantes, etc.); - Deve possuir estabilizador de imagem e Defog eletrônico; - Deve possuir funções de PTZ com protocolo DH-SD, Pelco-P/D (Reconhecimento automático) com alcance do Pan de pelo menos 0° a 360 e Tilt de no mínimo -20° a +90°, bem como a função giro 0 ° / 180°; - Deve possuir a função Preset que suporte no mínimo 300 posições, podendo incluir no modo PTZ, 8 (até 32 predefinições por preset), com no mínimo 5 padrão e 5 varredura; - Deve possuir velocidade de controle manual Pan: Pan: 0.1°/s-300°/s, Tilt: 0.1°/s-150°/s e predefinida Pan: 600°/s, Tilt: 500°/s; - Deve suportar memória de desligamento e movimento quando inativo e ativar as predefinições, patrulha, Padrão e Varredura; - Deve possuir redução de ruído (2D / 3D); - Deve possuir ao menos uma interface de rede Ethernet RJ45 (10/100BASE-T); - Deve suportar os protocolos de rede IPv4; IPv6; HTTP; HTTPS; 802.1x; Qos; FTP; SMTP; UPnP; SNMPv1/v2c/v3 (MIB-2); DNS; DDNS; NTP; RTSP; RTP; TCP; UDP; IGMP; ICMP; DHCP; PPPoE; ARP; RTCP; - Deve permitir no mínimo 20 usuários simultâneos, com método de streaming Unicast/Multicast; - Deve suportar armazenamento FTP, Micro SD card de mínimo 256G P2P; - Deve possuir integração com navegadores IE7, Chrome 42, Firefox 52, Safari e versões posteriores;

		<ul style="list-style-type: none"> - Deve possuir software de gerenciamento Smart Player, PSS; DSS; Easy4ip; com visualização em aplicativos móveis iOS, Android; - Deve possuir os certificados FCC Part15 subpartB, ANSI C63.4-2014; - Deve possuir no mínimo uma interface de entrada e saída para áudio, e 7 entradas para alarme com 2 saídas; -Deve aceitar alimentação através de fonte 24 Vac/3A e PoE+ de acordo com o padrão IEEE 802.3at, com consumo básico de 20W e máximo 34W; -Deve possuir case de metal e suportar temperaturas de operação de no mínimo -40° C a +70° C, bem como possuir índices de proteção igual ou superior IP67; IK10; À prova de raios 8000V; proteção contra sobretensão; -Deve possuir analíticos de proteção de Perímetro filtrando automaticamente alarmes falsos causados por animais, folhas, luzes brilhantes.
ITEM 2	10 PC	<p>Mesa controladora PTZ para câmeras speed dome com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> · A mesa deve ser compatível com as câmeras e gravadores ofertados; · Deve possuir no mínimo uma interface USB e uma interface RJ-45; · Deve possuir tela de LCD para configuração; · Deve possuir joystick com pelo menos três eixos; · Deve possuir pelo menos uma interface RS-422 e uma RS-485; · Deve suportar controle de gravadores e câmeras móveis; · Deve ser alimentada por fonte de alimentação 12V DC; · Deve ser 100% compatível com a câmera especificada no item 5
ITEM 3	2 PC	<p>Appliance com solução de reconhecimento facial embarcado com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Ser capaz de integrar ao menos 30 canais de reconhecimento e detecção facial, compartilhando recursos de inteligência embarcados nas câmeras, ou, 15 canais com resolução 1080p para processamento destes recursos pelo próprio appliance · Servidor exclusivo para gerenciamento do recurso de inteligência de Reconhecimento facial; · Deverá possuir sistema operacional embarcado; · Possuir interface gráfica para gerenciamento e controle do equipamento; · O dispositivo deverá ter capacidade de analisar ao menos 35 imagens faciais por segundo; · O equipamento deverá possibilitar reconhecimento facial seja capaz, a partir da imagem facial, classificar os seguintes parâmetros: gênero, idade, uso de óculos e aparência. Alternativamente, o equipamento poderá dispor de algoritmo de aprendizado profundo (deep learning) que o possibilite "aprender" a características descritas mediante exposição ao ambiente da aplicação por um determinado período de tempo; · Deverá ser capaz de armazenar ao menos 300 mil fotos de faces, ainda que subdivididos em múltiplos bancos de dados / bibliotecas distintas · Possibilitar a conexão de ao menos 120 canais de vídeo, possibilitando o reconhecimento facial no mínimo de 32 câmeras do sistema onvif ou das cameras em já em funcionamento. · Permitir a emissão de alarmes a partir de parâmetros pré-definidos de detecção e reconhecimento facial; · Possuir compatibilidade com protocolo de compressão H.265+, H.265 e H.264+ · Permitir a integração com as seguintes resoluções de vídeo: 12, 8, 6, 5, 4, 3, Full HD, 960p, HD, D1, CIF e QCIF · Possuir a seguinte capacidade mínima de decodificação: ao menos 5 canais em 8 mp (20 fps), 20 canais em 1080p (30 fps) e 30 canais em 720 p (30 fps); · Ser compatível com ao menos 8 HDs de 10 TB em seu compartimento interno; · Permitir a criação de RAID 0, 1, 5, 6 e 10 · Permitir a reprodução de vídeos gravados de ao menos 15 canais simultaneamente · Deverá possibilitar múltiplos arranjos da interface de exibição, permitindo que ao menos 10 canais em tempo real sejam apresentados na tela · Permitir interoperabilidade com múltiplos fabricantes a partir do protocolo ONVIF, CGI ou via SDK; · Possuir ao menos 4 interfaces de rede padrão ethernet 10/100/1000 mbps auto negociáveis; · Deve permitir que as portas de rede sejam configuradas no modo de balanceamento de carga, tolerância a falhas e multiendereços IP · Possuir ao menos 1 exemplar de cada umas seguintes interfaces: VGA, RS-232, RS-485, entrada e saída de áudio e e-SATA; · Possuir ao menos 12 entradas e 6 saídas de alarme; · Possuir ao menos 3 interfaces USB; · Possuir alimentação 100-240 VAC, com consumo máximo de 150 W (sem HDs) · Operar em ambientes com temperatura entre 0°C a 45°C

		<ul style="list-style-type: none"> · Possuir certificação CE e FCC; · Ser compatível com o software Dahua DSS PRO.
ITEM 4	20	Câmera Fixa marca Dahua modelo DH-IPC-HFW7442H-Z4FR
ITEM 5	3 PC	<p>Servidor para gerenciamento do sistema de videomonitoramento com a configuração mínima de:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Deve ser fornecido em gabinete para montagem em bastidor padrão de 19" (dezenove polegadas) com altura máxima de 3U (três unidade de rack); · Deve possuir painel frontal no gabinete para monitoramento do estado para: indicador de atividade da unidade de disco, indicador de atividade das interfaces de rede, indicador de alimentação da unidade; e Led de informação; · Deve possuir 2 USB Frontal e 1 Serial; · Deve possuir Bazel com chave; · O Gabinete deve possuir 16 x 3.5" hot-swap SAS/SATA e 2 x 2.5" hot-swap; · Deve possuir pelo menos 2 (duas) interfaces 10 Gigabit Ethernet UTP e 2 Interfaces Gigabit; · Deve possuir no mínimo 4 slots PCIe x16 e 3 slots PCIe 8x; · Deve possuir pelo menos 1 (uma) interface IPMI; · Deve possuir pelo menos 7 (sete), sendo USB no padrão 3.0; · Deve possuir fonte de alimentação redundante com potência de no mínimo 1200 Watts, com operação de 100 a 240VAC, 50– 60Hz sem chaveamento manual de tensão e 80 PLUS TITANIUM; · Deve possuir 1 (um) processador igual ou superior ao Intel Xeon Silver 4214R, com no mínimo 2.4GHz Base; · Deve ser fornecida com pelo menos 2 (dois) unidade de disco SSD com no mínimo 960GB (novecentos e sessenta gigabytes) para o OS e VMS em RAID 1 em Gaveta Hotswap na controladora onboard na placa mãe(separado da controladora off board); Deve ser fornecida com pelo menos 14 (quatorze) unidade de discos HD com no mínimo 10TB (Dez terabytes) no padrão SATA3 Surveillance; em RAID6. Deve permitir a substituição dos discos padrão HD 10TB e SSD 960GB com o equipamento em operação (hot-swappable); · Deve ser fornecido com controladora RAID OFF BOARD via Hardware com suporte a RAID 0,1,5,6,10,50 e 60; · Deve possuir porta SAS externa para ampliação JBOD; · Deve ser fornecido com pelo menos 32 GB (trinta e dois gigabytes) de memória RAM ECC REG ou superior(2 x 16GB); a placa mãe deve suportar pelo menos 4TB (quatro teras Bytes); deve · Possuir 16 slots de memória; suportar memória 2933/2666/2400/2133MHz; · Deve suportar o gerenciamento remoto utilizando IPMI 2.0; · Deve ser fornecido com aplicativo para monitoramento do servidor capaz de monitorar o hardware tais como: temperatura, integridade do disco, integridade da memória, consumo de energia e voltagem. Deve enviar alertas via Email e SNMP; · Deve ser fornecido kit de trilho do próprio fabricante do gabinete; · Deve ser incluso na proposta comercial a marca e o modelo do hardware para atender este item, juntamente com Datasheet (s) que comprovem as características acima requisitadas. · Devera trabalhar na temperatura de 10°C ~ 35°C; Padrão RoHS · Deve ser fornecido com software de sistema operacional Microsoft Windows Server Standard 2019 64 bit;
ITEM 6	100 PC	Licença uso para conexão de vídeo para Software Dahua DSS Pro / LPR

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente, a aquisição de equipamentos e software para ampliação do projeto Cidade Viglada na cidade de Uberaba – MG e região, através da utilização de câmeras do tipo speed dome e da implantação de recurso de reconhecimento facial para eventual atualização tecnológica do projeto Olho Vivo.

2. JUSTIFICATIVA

A comprovada eficácia do projeto Cidade Viglada em sua fase I demonstrou que a integração das forças policiais está intrinsecamente ligada também à integração dos recursos tecnológicos disponíveis. Várias cidades de Minas Gerais possuem o sistema de monitoramento denominado: Olho Vivo. Via de regra, houve a implantação, no entanto, a manutenção e eventual troca de equipamentos, bem como a atualização tecnológica do sistema ficam a cargo das prefeituras, que nem sempre dispõe de capacidade técnica para gerir tal sistema. Além disso, os custos se mostraram elevados. Diante de tal quadro temos um sistema a princípio eficiente, mas que necessita de atualização tecnológica, manutenção e integração com sistemas já existentes, como no caso do Município de Uberaba, com o Cidade Viglada. Em vertente similar, possuir uma ferramenta tecnológica adequada que alie informações ao policiamento está dentro do escopo da Resolução número 638 de 30 de novembro de 2016 do Conselho Nacional de Trânsito. A citada Resolução permite utilizar recursos oriundos do trânsito para financiar policiamento, fiscalização, engenharia de tráfego e de campo, bem como locação manutenção e aferição de contador volumétrico de tráfego, armazenamento de imagens e demais ferramentas que permitam análises e estudos para a melhoria do trânsito, também fator importante dentro do escopo da Segurança Pública. Portanto, temos um nicho de mercado viável para a Codiub, que se notabilizou por implantar o Cidade Viglada em Uberaba, com sucesso contratual e eficácia comprovada. O roubo e furto de veículos é a porta de entrada para vários crimes, sendo a identificação automática através do leitor de placas ligado a sistemas que permitem a identificação do veículo, bem como análise forenses são ingredientes de uma ferramenta poderosa de combate à criminalidade. Da mesma forma, que Uberaba, vários municípios estão tendo dificuldades na manutenção e atualização do sistema Olho Vivo, sendo portanto, uma oportunidade de negócios para a Codiub que já possui experiência exitosa nessa área. O presente processo visa eventual aquisição de equipamentos compatíveis, que posteriormente sejam ofertados como solução para cidades que estão sofrendo com os problemas narrados na manutenção e atualização tecnológica de seus sistemas de segurança; bem como acrescentar o advento do Reconhecimento Facial para auxiliar não apenas no combate ao crime, mas a outros aspectos da Segurança Pública, desaparecimentos, mandados de prisão em aberto, investigações, monitoramento de pedestres em vias importantes, entre outros. Portanto, uma nova fase se abre para o monitoramento do trânsito, estudos de trafegabilidade, para a segurança pública e para políticas mais assertivas importantes para tomada de decisões por parte dos respectivos municípios.

2.1 Justificativa para especificação de marca/modelo de câmeras e de software:

Considerando que o software e os equipamentos de videomonitoramento adquiridos e atualmente em uso pela companhia são do(s) fabricante(s) e modelos listados na tabela 1 e para manter a perfeita compatibilidade entre os equipamentos e sistemas integrantes da solução e não comprometer o funcionamento do conjunto além de preservar o investimento já realizado é importante e necessário que todos os novos itens que vierem a compor a solução já existente sejam 100% compatíveis, de forma que todas as funcionalidades sejam disponíveis em sua plenitude.

3. INTRODUÇÃO

- 3.1 Todos os itens e condições, constantes da presente Especificação Técnica, fazem parte da solução exigida para atendimento ao objeto do presente Edital, sendo suas características e quantidades mínimas de caráter obrigatório, constituindo o seu não atendimento em fundamento para desclassificação da proposta.

Os serviços a serem fornecidos, objeto deste Termo de Referência são:

- a) Fornecimento de câmeras, dispositivos, servidores, acessórios e software necessários para a ampliação do serviço do projeto Cidade Vigiada incluindo o recurso de reconhecimento facial, com arquivamento de imagens por até 30 dias;
- b) Utilização de câmeras speed dome com recursos de LPR (Licence Plate Recognition) para identificação e leitura de placas de veículos, inclusive a noite e podendo ser chaveada para recurso de reconhecimento facial;
- c) Utilização de câmeras IP do tipo Speed Dome;
- d) Mesa controladora PTZ para câmeras Speed Dome.
- e) Instalação dos equipamentos em locais a serem definidos pela CONTRATANTE;
- f) Testes de funcionamento;
- g) Instalação, integração, testes e homologação dos novos equipamentos e software junto à infraestrutura existente.
- h) Treinamento da equipe de operação do centro de monitoramento.

4. NORMAS E REGULAMENTOS APLICÁVEIS

- 4.1 Deverão ser rigorosamente, obedecidas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO, quando exigido. Os casos omissos nessas normas, serão resolvidos tendo como base normas de outros países, desde que haja aquiescência da CONTRATANTE.

5. EQUIPAMENTOS / SOFTWARE

5.1 Câmera IP do tipo Speed Dome com as seguintes características:

- Câmera IP do tipo Speed Dome com as seguintes características:
- Deve possuir sensor de imagem Starvis CMOS 1/1.8" com varredura progressiva;
- Deve suportar resolução mínima de 2MP (1920x1080);
- Seu obturador deve ter uma velocidade mínima de 1/1s a 1/30000s e controle íris de forma automática, semiautomático e manual;
- Deve possuir memória ROM de no mínimo 4GB e memória RAM de no mínimo 1GB;
- Deve possuir sensibilidade de no mínimo 0,001 lux no modo colorido e 0,0001 lux no modo P&B;
- Deve possuir máscara de privacidade de no mínimo de 24 áreas;
- Sua lente deve possuir comprimento focal 5.8mm a 191.4 mm, com controle de abertura máxima de F1.5 ~F4.8, com foco automático, semiautomático e manual;
- Sua lente deve possuir no mínimo ângulo de visão H: 60.1° - 3.2°, V: 35.3° - 1.8° e D:67,9° - 3.7°, com distancia próxima de foco de 0.1m-1m, controle de Iris Automático e manual;

- Zoom óptico deve ser no mínimo 33x e zoom digital de pelo menos 16x;
- Deve possuir distância DORI em detectar com 1655m, observar com 622m, reconhecer com 331m e identificar com 165m;
- Deve possuir a compressão de vídeo H.265, H.265+, H.264+, H.264, MJPEG;
- Deve possuir compressão de áudio G.711A, G.711Mu, G.726, AAC, G.722.1, G.723, G.729, PCM, MPEG2-Layer2;
- Deve possuir no mínimo 3 streams (convencional: 1080P /1.3M/720P (1–50/60 fps) Sub stream 1: D1/CIF (1–25/30 fps), Sub stream 2: 1080P/1.3M/ 720P/D1/CIF (1–25/30 fps);
- Deve possuir controle de taxa Bits H.264, H.265: 3Kbps-20480Kbps, seu controle deve ser variável e constante;
- Deve possuir uma resolução de vídeo 1080P (1920 × 1080); 1.3M (1280X960), 720P (1280 × 720); D1 (704 × 576/704 × 480); CIF (352 × 288/352 × 240);
- Deve possuir compensação de luz Dia/Noite, função ICR, color e preto/branco, balanço de branco (Automático / Interno / Externo / Rastreamento / Manual / Lâmpada de sódio / Luz natural / Lâmpada de rua) e controle ganho automatico e manual;
- Deve suportar (BLC, HCL), IVS geral (objeto abandonado/ausente);
- Deve possuir inteligência artificial, com captura de imagem humanas, de veículos automotores e não motorizados, proteção de perímetro tripwire e intrusão, suportar o acionamento de alarmes por tipos de alvo (humano e veículo) e filtragem de alarmes falsos causados por animais, folhas, luzes brilhantes, etc.);
- Deve possuir estabilizador de imagem e Defog eletrônico;
- Deve possuir funções de PTZ com protocolo DH-SD, Pelco-P/D (Reconhecimento automático) com alcance do Pan de pelo menos 0° a 360 e Tilt de no mínimo -20° a +90°, bem como a função giro 0°/ 180°;
- Deve possuir a função Preset que suporte no mínimo 300 posições, podendo incluir no modo PTZ, 8 (até 32 predefinições por preset), com no mínimo 5 padrão e 5 varredura;
- Deve possuir velocidade de controle manual Pan: Pan: 0.1°/s–300°/s, Tilt: 0.1°/s–150°/s e predefinida Pan: 600°/s, Tilt: 500°/s;
- Deve suportar memória de desligamento e movimento quando inativo e ativar as predefinições, patrulha, Padrão e Varredura;
- Deve possuir redução de ruído (2D / 3D);
- Deve possuir ao menos uma interface de rede Ethernet RJ45 (10/100BASE-T);
- Deve suportar os protocolos de rede IPv4; IPv6; HTTP; HTTPS; 802.1x; Qos; FTP; SMTP; UPnP; SNMPv1/v2c/v3 (MIB-2); DNS; DDNS; NTP; RTSP; RTP; TCP; UDP; IGMP; ICMP; DHCP; PPPoE; ARP; RTCP;
- Deve permitir no mínimo 20 usuários simultâneos, com método de streaming Unicast/Multicast;
- Deve suportar armazenamento FTP, Micro SD card de mínimo 256G P2P;
- Deve possuir integração com navegadores IE7, Chrome 42, Firefox 52, Safari e versões posteriores;
- Deve possuir software de gerenciamento Smart Player, PSS; DSS; Easy4ip; com visualização em aplicativos móveis iOS, Android;
- Deve possuir os certificados FCC Part15 subpartB, ANSI C63.4-2014;
- Deve possuir no mínimo uma interface de entrada e saída para áudio, e 7 entradas para alarme com 2 saídas;
- Deve aceitar alimentação através de fonte 24 Vac/3A e PoE+ de acordo com o padrão IEEE 802.3at, com consumo básico de 20W e máximo 34W;
- Deve possuir case de metal e suportar temperaturas de operação de no mínimo -40° C a +70° C, bem como possuir índices de proteção igual ou superior IP67; IK10; À prova de raios 8000V; proteção contra sobretensão;
- Deve possuir analíticos de proteção de Perímetro filtrando automaticamente alarmes falsos causados por animais, folhas, luzes brilhantes.

5.2 Mesa controladora PTZ para câmeras speed dome com as seguintes características:

- A mesa deve ser compatível com as câmeras e gravadores ofertados;
- Deve possuir no mínimo uma interface USB e uma interface RJ-45;
- Deve possuir tela de LCD para configuração;
- Deve possuir joystick com pelo menos três eixos;
- Deve possuir pelo menos uma interface RS-422 e uma RS-485;
- Deve suportar controle de gravadores e câmeras móveis;
- Deve ser alimentada por fonte de alimentação 12V DC;
- Deve ser 100% compatível com a câmera especificada no item 5

5.3 Appliance com solução de reconhecimento facial embarcado com as seguintes características:

- Ser capaz de integrar ao menos 30 canais de reconhecimento e detecção facial, compartilhando recursos de inteligência embarcados nas câmeras, ou, 15 canais com resolução 1080p para processamento destes recursos pelo próprio appliance
- Servidor exclusivo para gerenciamento do recurso de inteligência de Reconhecimento facial;
- Deverá possuir sistema operacional embarcado;
- Possuir interface gráfica para gerenciamento e controle do equipamento;
- O dispositivo deverá ter capacidade de analisar ao menos 35 imagens faciais por segundo;
- O equipamento deverá possibilitar reconhecimento facial seja capaz, a partir da imagem facial, classificar os seguintes parâmetros: gênero, idade, uso de óculos e aparência. Alternativamente, o equipamento poderá dispor de algoritmo de aprendizado profundo (deep learning) que o possibilite "aprender" a características descritas mediante exposição ao ambiente da aplicação por um determinado período de tempo;
- Deverá ser capaz de armazenar ao menos 300 mil fotos de faces, ainda que subdivididos em múltiplos bancos de dados / bibliotecas distintas
- Possibilitar a conexão de ao menos 120 canais de vídeo, possibilitando o reconhecimento facial no mínimo de 32 câmeras do sistema onvif ou das cameras em já em funcionamento.
- Permitir a emissão de alarmes a partir de parâmetros pré-definidos de detecção e reconhecimento facial;
- Possuir compatibilidade com protocolo de compressão H.265+, H.265 e H.264+
- Permitir a integração com as seguintes resoluções de vídeo: 12, 8, 6, 5, 4, 3, Full HD, 960p, HD, D1, CIF e QCIF
- Possuir a seguinte capacidade mínima de decodificação: ao menos 5 canais em 8 mp (20 fps), 20 canais em 1080p (30 fps) e 30 canais em 720 p (30 fps);
- Ser compatível com ao menos 8 HDs de 10 TB em seu compartimento interno;
- Permitir a criação de RAID 0, 1, 5, 6 e 10
- Permitir a reprodução de vídeos gravados de ao menos 15 canais simultaneamente
- Deverá possibilitar múltiplos arranjos da interface de exibição, permitindo que ao menos 10 canais em tempo real sejam apresentados na tela
- Permitir interoperabilidade com múltiplos fabricantes a partir do protocolo ONVIF, CGI ou via SDK;
- Possuir ao menos 4 interfaces de rede padrão ethernet 10/100/1000 mbps auto negociáveis;
- Deve permitir que as portas de rede sejam configuradas no modo de balanceamento de carga, tolerância a falhas e multiendereço IP
- Possuir ao menos 1 exemplar de cada umas seguintes interfaces: VGA, RS-232, RS-485, entrada e saída de áudio e e-SATA;
- Possuir ao menos 12 entradas e 6 saídas de alarme;
- Possuir ao menos 3 interfaces USB;
- Possuir alimentação 100-240 VAC, com consumo máximo de 150 W (sem HDs)
- Operar em ambientes com temperatura entre 0°C a 45°C
- Possuir certificação CE e FCC;
- Ser compatível com o software Dahua DSS PRO.

5.4 Câmera Fixa marca Dahua modelo DH-IPC-HFW7442H-Z4FR

5.5 Servidor para gerenciamento do sistema de videomonitoramento com a configuração mínima de:

- Deve ser fornecido em gabinete para montagem em bastidor padrão de 19" (dezenove polegadas) com altura máxima de 3U (três unidade de rack);

- Deve possuir painel frontal no gabinete para monitoramento do estado para: indicador de atividade da unidade de disco, indicador de atividade das interfaces de rede, indicador de alimentação da unidade; e Led de informação;
- Deve possuir 2 USB Frontal e 1 Serial;
- Deve possuir Bazel com chave;
- O Gabinete deve possuir 16 x 3.5" hot-swap SAS/SATA e 2 x 2.5" hot-swap;
- Deve possuir pelo menos 2 (duas) interfaces 10 Gigabit Ethernet UTP e 2 Interfaces Gigabit;
- Deve possuir no mínimo 4 slots PCIe x16 e 3 slots PCIe 8x;
- Deve possuir pelo menos 1 (uma) interface IPMI;
- Deve possuir pelo menos 7 (sete), sendo USB no padrão 3.0;
- Deve possuir fonte de alimentação redundante com potência de no mínimo 1200 Watts, com operação de 100 a 240VAC, 50– 60Hz sem chaveamento manual de tensão e 80 PLUS TITANIUM;
- Deve possuir 1 (um) processador igual ou superior ao Intel Xeon Silver 4214R, com no mínimo 2.4GHz Base;
- Deve ser fornecida com pelo menos 2 (dois) unidade de disco SSD com no mínimo 960GB (novecentos e sessenta gigabytes) para o OS e VMS em RAID 1 em Gaveta Hotswap na controladora onboard na placa mãe(separado da controladora off board); Deve ser fornecida com pelo menos 14 (quatorze) unidade de discos HD com no mínimo 10TB (Dez terabytes) no padrão SATA3 Surveillance; em RAID 6. Deve permitir a substituição dos discos padrão HD 10TB e SSD 960GB com o equipamento em operação (hot-swappable);
- Deve ser fornecido com controladora RAID OFF BOARD via Hardware com suporte a RAID 0,1,5,6,10,50 e 60;
- Deve possuir porta SAS externa para ampliação JBOD;
- Deve ser fornecido com pelo menos 32 GB (trinta e dois gigabytes) de memória RAM ECC REG ou superior(2 x 16GB); a placa mãe deve suportar pelo menos 4TB (quatro teras Bytes); deve
- Possuir 16 slots de memória; suportar memoria 2933/2666/2400/2133MHz;
- Deve suportar o gerenciamento remoto utilizando IPMI 2.0;
- Deve ser fornecido com aplicativo para monitoramento do servidor capaz de monitorar o hardware tais como: temperatura, integridade do disco, integridade da memória, consumo de energia e voltagem. Deve enviar alertas via Email e SNMP;
- Deve ser fornecido kit de trilho do próprio fabricante do gabinete;
- Deve ser incluso na proposta comercial a marca e o modelo do hardware para atender este item, juntamente com Datasheet (s) que comprovem as características acima requisitadas.
- Deverá trabalhar na temperatura de 10°C ~ 35°C; Padrão RoHS
- Deve ser fornecido com software de sistema operacional Microsoft Windows Server Standard 2019 64 bit;

5.6 Licença uso para conexão de vídeo para Software Dahua DSS Pro / LPR

Uberaba/MG, 11 de dezembro de 2020.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB
Luís Fernando Monteiro
Diretor de TIC

**ANEXO III
MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**A
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB**

Pregão Eletrônico nº 005/2020

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Câmera IP do tipo Speed Dome	PÇ	100		
2	Mesa controladora PTZ para câmeras speed dome	PÇ	10		
3	Appliance com solução de reconhecimento facial embarcado	PÇ	2		
4	Câmera Fixa marca Dahua modelo DH-IPC-HFW7442H-Z4FR	PÇ	20		
5	Servidor para gerenciamento do sistema de videomonitoramento	PÇ	3		
6	Licença uso para conexão de vídeo para Software Dahua DSS Pro / LPR	UN	100		
				TOTAL	

OBSERVAÇÕES:

- a) Os preços unitários deverão ser calculados com 02 (dois) números após a virgula, ou seja, até centésimos de real.
- b) Os equipamentos e software obedecem a todas as condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA, responsabilizando-se o proponente, pela veracidade desta informação.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2020.

Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE

A empresa(nome da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº, com sede no endereço sito à.....(endereço completo do licitante), em cumprimento ao exigido no Edital do **Pregão Eletrônico nº 005/2020**, DECLARA, sob as penas da Lei, que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate neste procedimento licitatório.

Assim sendo, para os fins que fazem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Uberaba/MG, ____ de _____ de 2020.

(Nome do licitante e assinatura do representante legal)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO A MENOR

Ref.: (identificação da Licitação), inscrito no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº....., e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Uberaba/MG, ____ de _____ de 2020.

(Nome do licitante e assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante).

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

A empresa (nome do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº, com sede no endereço sito à.....(endereço completo do licitante), em cumprimento ao exigido no Edital do **Pregão Eletrônico nº 006/2019**, DECLARA não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação imposta pelo artigo 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo de inteira responsabilidade do licitante vencedor a fiscalização.

Uberaba/MG, ____ de _____ de 2020.

(Nome do licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020

Aos ---- (-----) dias do mês de ----- de ano de dois mil e vinte, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, nesta cidade de Uberaba/MG, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, n.º 146, Santa Marta, de um lado a Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob n.º 18.597.781/0001-09, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, **Denis Silva de Oliveira**, brasileiro, casado, jornalista, inscrito no CPF sob o n.º 863.466.526-72 e portador da cédula de identidade n.º MG-8.596.814 SSP/MG, domiciliado em Uberaba-MG, e residente na Avenida Mário Almeida Franco, n.º 455 CH, Condomínio Residencial Mário Franco, CEP 38.046-320 e o Diretor Executivo, **Evaldo José Espíndula**, brasileiro, casado, Administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o n.º 431.744.186-15 e portador da cédula de identidade n.º M-2.238.996 SSP/MG, domiciliado nesta cidade de Uberaba-MG e residente na Rua Antônio Borges de Araújo, n.º 1.005, CEP n.º 38061-050, ora denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º -----, com sede na -----, n.º -----, na cidade de ----- - MG, neste ato representada por -----, brasileiro (a), casado (a), -----, inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º ----- e portador (a) da cédula de identidade n.º ----- SSP/----, domiciliado (a) em -----/--- e residente na -----, n.º ----, bairro -----, adiante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, objetivando registrar o preço dos serviços discriminados na cláusula primeira, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 005/2020**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata constitui documento vinculativo, obrigacional e com características de compromisso para futuro e eventual fornecimento de equipamentos e software para ampliação do projeto Cidade Vigia na Cidade de Uberaba – MG e região, através da utilização de câmeras do tipo *speed dome* e da implantação de recurso de reconhecimento facial para eventual atualização tecnológica do projeto Olho Vivo, conforme detalhamento descrito no item 2 da presente Ata.

2. DA DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS EQUIPAMENTOS E LICENÇA

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Fornecedor
1	PÇ	100	Câmera IP do tipo Speed Dome com as seguintes características: - Deve possuir sensor de imagem Starvis CMOS 1/1.8" com varredura progressiva; - Deve suportar resolução mínima de 2MP (1920x1080); - Seu obturador deve ter uma velocidade mínima de 1/1s a 1/30000s e controle íris de forma automática, semiautomático e manual; - Deve possuir memória ROM de no mínimo 4GB e memória RAM de no mínimo 1GB; - Deve possuir sensibilidade de no mínimo 0,001 lux no modo colorido e 0,0001 lux no modo			

		<p>P&B;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve possuir máscara de privacidade de no mínimo de 24 áreas; - Sua lente deve possuir comprimento focal 5.8mm a 191.4 mm, com controle de abertura máxima de F1.5 ~F4.8, com foco automático, semiautomático e manual; - Sua lente deve possuir no mínimo ângulo de visão H: 60.1° - 3.2°, V: 35.3° - 1.8° e D:67,9° - 3.7°, com distancia próxima de foco de 0.1m-1m, controle de Iris Automático e manual; - Zoom óptico deve ser no mínimo 33x e zoom digital de pelo menos 16x; - Deve possuir distância DORI em detectar com 1655m, observar com 622m, reconhecer com 331m e identificar com 165m; - Deve possuir a compressão de vídeo H.265, H.265+, H.264+, H.264, MJPEG; - Deve possuir compressão de áudio G.711A, G.711Mu, G.726, AAC, G.722.1, G.723, G.729, PCM, MPEG2-Layer2; - Deve possuir no mínimo 3 streams (convencional: 1080P /1.3M/720P (1-50/60 fps) Sub stream 1: D1/CIF (1-25/30 fps), Sub stream 2: 1080P/1.3M/ 720P/D1/CIF (1-25/30 fps); - Deve possuir controle de taxa Bits H.264, H.265: 3Kbps-20480Kbps, seu controle deve ser variável e constante; - Deve possuir uma resolução de vídeo 1080P (1920 × 1080); 1.3M (1280X960), 720P (1280 × 720); D1 (704 × 576/704 × 480); CIF (352 × 288/352 × 240); - Deve possuir compensação de luz Dia/Noite, função ICR, color e preto/branco, balanço de branco (Automático / Interno / Externo / Rastreamento / Manual / Lâmpada de sódio / Luz natural / Lâmpada de rua) e controle ganho automatico e manual; - Deve suportar (BLC, HCL), IVS geral (objeto abandonado/ausente); - Deve possuir inteligência artificial, com captura de imagem humanas, de veículos automotores e não motorizados, proteção de perímetro tripwire e intrusão, suportar o acionamento de alarmes por tipos de alvo (humano e veículo) e filtragem de alarmes falsos causados por animais, folhas, luzes brilhantes, etc.); - Deve possuir estabilizador de imagem e Defog eletrônico; - Deve possuir funções de PTZ com protocolo DH-SD, Pelco-P/D (Reconhecimento automático) com alcance do Pan de pelo menos 0° a 360 e Tilt de no mínimo -20° a +90°, bem como a função giro 0 °/ 180°; - Deve possuir a função Preset que suporte no 			
--	--	--	--	--	--

		<p>mínimo 300 posições, podendo incluir no modo PTZ, 8 (até 32 predefinições por preset), com no mínimo 5 padrão e 5 varredura;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve possuir velocidade de controle manual Pan: Pan: 0.1°/s–300°/s, Tilt: 0.1°/s–150°/s e predefinida Pan: 600°/s, Tilt: 500°/s; - Deve suportar memória de desligamento e movimento quando inativo e ativar as predefinições, patrulha, Padrão e Varredura; - Deve possuir redução de ruído (2D / 3D); - Deve possuir ao menos uma interface de rede Ethernet RJ45 (10/100BASE-T); - Deve suportar os protocolos de rede IPv4; IPv6; HTTP; HTTPS; 802.1x; Qos; FTP; SMTP; UPnP; SNMPv1/v2c/v3 (MIB-2); DNS; DDNS; NTP; RTSP; RTP; TCP; UDP; IGMP; ICMP; DHCP; PPPoE; ARP; RTCP; - Deve permitir no mínimo 20 usuários simultâneos, com método de streaming Unicast/Multicast; - Deve suportar armazenamento FTP, Micro SD card de mínimo 256G P2P; - Deve possuir integração com navegadores IE7, Chrome 42, Firefox 52, Safari e versões posteriores; - Deve possuir software de gerenciamento Smart Player, PSS; DSS; Easy4ip; com visualização em aplicativos móveis iOS, Android; - Deve possuir os certificados FCC Part15 subpartB, ANSI C63.4-2014; - Deve possuir no mínimo uma interface de entrada e saída para áudio, e 7 entradas para alarme com 2 saídas; - Deve aceitar alimentação através de fonte 24 Vac/3A e PoE+ de acordo com o padrão IEEE 802.3at, com consumo básico de 20W e máximo 34W; - Deve possuir case de metal e suportar temperaturas de operação de no mínimo -40° C a +70° C, bem como possuir índices de proteção igual ou superior IP67; IK10; À prova de raios 8000V; proteção contra sobretensão; - Deve possuir analíticos de proteção de Perímetro filtrando automaticamente alarmes falsos causados por animais, folhas, luzes brilhantes. 			
--	--	--	--	--	--

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Fornecedor
2	PÇ	10	<p>Mesa controladora PTZ para câmeras speed dome com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> · A mesa deve ser compatível com as câmeras e gravadores ofertados; · Deve possuir no mínimo uma interface USB e uma interface RJ-45; 			

		<ul style="list-style-type: none"> · Deve possuir tela de LCD para configuração; · Deve possuir joystick com pelo menos três eixos; · Deve possuir pelo menos uma interface RS-422 e uma RS-485; · Deve suportar controle de gravadores e câmeras móveis; · Deve ser alimentada por fonte de alimentação 12V DC; · Deve ser 100% compatível com a câmera especificada no item 5 			
--	--	---	--	--	--

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Fornecedor
3	PÇ	2	<p>Appliance com solução de reconhecimento facial embarcado com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Ser capaz de integrar ao menos 30 canais de reconhecimento e detecção facial, compartilhando recursos de inteligência embarcados nas câmeras, ou, 15 canais com resolução 1080p para processamento destes recursos pelo próprio appliance · Servidor exclusivo para gerenciamento do recurso de inteligência de Reconhecimento facial; · Deverá possuir sistema operacional embarcado; · Possuir interface gráfica para gerenciamento e controle do equipamento; · O dispositivo deverá ter capacidade de analisar ao menos 35 imagens faciais por segundo; · O equipamento deverá possibilitar reconhecimento facial seja capaz, a partir da imagem facial, classificar os seguintes parâmetros: gênero, idade, uso de óculos e aparência. Alternativamente, o equipamento poderá dispor de algoritmo de aprendizado profundo (deep learning) que o possibilite "aprender" a características descritas mediante exposição ao ambiente da aplicação por um determinado período de tempo; · Deverá ser capaz de armazenar ao menos 300 mil fotos de faces, ainda que subdivididos em múltiplos bancos de dados / bibliotecas distintas · Possibilitar a conexão de ao menos 120 canais de vídeo, possibilitando o reconhecimento facial no mínimo de 32 câmeras do sistema onvif ou das câmeras em já em funcionamento. · Permitir a emissão de alarmes a partir de parâmetros pré-definidos de detecção e reconhecimento facial; · Possuir compatibilidade com protocolo de compressão H.265+, H.265 e H.264+ · Permitir a integração com as seguintes 			

		<p>resoluções de vídeo: 12, 8, 6, 5, 4, 3, Full HD, 960p, HD, D1, CIF e QCIF</p> <ul style="list-style-type: none"> · Possuir a seguinte capacidade mínima de decodificação: ao menos 5 canais em 8 mp (20 fps), 20 canais em 1080p (30 fps) e 30 canais em 720 p (30 fps); · Ser compatível com ao menos 8 HDs de 10 TB em seu compartimento interno; · Permitir a criação de RAID 0, 1, 5, 6 e 10 · Permitir a reprodução de vídeos gravados de ao menos 15 canais simultaneamente · Deverá possibilitar múltiplos arranjos da interface de exibição, permitindo que ao menos 10 canais em tempo real sejam apresentados na tela · Permitir interoperabilidade com múltiplos fabricantes a partir do protocolo ONVIF, CGI ou via SDK; · Possuir ao menos 4 interfaces de rede padrão ethernet 10/100/1000 mbps auto negociáveis; · Deve permitir que as portas de rede sejam configuradas no modo de balanceamento de carga, tolerância a falhas e multiendereço IP · Possuir ao menos 1 exemplar de cada umas seguintes interfaces: VGA, RS-232, RS-485, entrada e saída de áudio e e-SATA; · Possuir ao menos 12 entradas e 6 saídas de alarme; · Possuir ao menos 3 interfaces USB; · Possuir alimentação 100-240 VAC, com consumo máximo de 150 W (sem HDs) · Operar em ambientes com temperatura entre 0°C a 45°C · Possuir certificação CE e FCC; · Ser compatível com o software Dahua DSS PRO. 			
--	--	---	--	--	--

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Fornecedor
4	PÇ	20	Câmera Fixa marca Dahua modelo DH-IPC-HFW7442H-Z4FR			

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Fornecedor
5	PÇ	3	<p>Servidor para gerenciamento do sistema de videomonitoramento com a configuração mínima de:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Deve ser fornecido em gabinete para montagem em bastidor padrão de 19" (dezenove polegadas) com altura máxima de 3U (três unidades de rack); · Deve possuir painel frontal no gabinete para monitoramento do estado para: indicador de atividade da unidade de disco, indicador de atividade das interfaces de rede, indicador de alimentação da unidade; e Led de informação; 			

		<ul style="list-style-type: none"> · Deve possuir 2 USB Frontal e 1 Serial; · Deve possuir Bazel com chave; · O Gabinete deve possuir 16 x 3.5" hot-swap SAS/SATA e 2 x 2.5" hot-swap; · Deve possuir pelo menos 2 (duas) interfaces 10 Gigabit Ethernet UTP e 2 Interfaces Gigabit; · Deve possuir no mínimo 4 slots PCIe x16 e 3 slots PCIe 8x; · Deve possuir pelo menos 1 (uma) interface IPMI; · Deve possuir pelo menos 7 (sete), sendo USB no padrão 3.0; · Deve possuir fonte de alimentação redundante com potência de no mínimo 1200 Watts, com operação de 100 a 240VAC, 50– 60Hz sem chaveamento manual de tensão e 80 PLUS TITANIUM; · Deve possuir 1 (um) processador igual ou superior ao Intel Xeon Silver 4214R, com no mínimo 2.4GHz Base; · Deve ser fornecida com pelo menos 2 (dois) unidade de disco SSD com no mínimo 960GB (novecentos e sessenta gigabytes) para o OS e VMS em RAID 1 em Gaveta Hotswap na controladora onboard na placa mãe(separado da controladora off board); Deve ser fornecida com pelo menos 14 (quatorze) unidade de discos HD com no mínimo 10TB (Dez terabytes) no padrão SATA3 Surveillance; em RAID 6. Deve permitir a substituição dos discos padrão HD 10TB e SSD 960GB com o equipamento em operação (hot-swappable); · Deve ser fornecido com controladora RAID OFF BOARD via Hardware com suporte a RAID 0,1,5,6,10,50 e 60; · Deve possuir porta SAS externa para ampliação JBOD; · Deve ser fornecido com pelo menos 32 GB (trinta e dois gigabytes) de memória RAM ECC REG ou superior(2 x 16GB); a placa mãe deve suportar pelo menos 4TB (quatro teras Bytes); deve · Possuir 16 slots de memória; suportar memoria 2933/2666/2400/2133MHz; · Deve suportar o gerenciamento remoto utilizando IPMI 2.0; · Deve ser fornecido com aplicativo para monitoramento do servidor capaz de monitorar o hardware tais como: temperatura, integridade do disco, integridade da memória, consumo de energia e voltagem. Deve enviar alertas via Email e SNMP; · Deve ser fornecido kit de trilho do próprio fabricante do gabinete; · Deve ser incluso na proposta comercial a marca 			
--	--	---	--	--	--

			e o modelo do hardware para atender este item, juntamente com Datasheet (s) que comprovem as características acima requisitadas. ·Deverá trabalhar na temperatura de 10°C ~ 35°C; Padrão RoHS ·Deve ser fornecido com software de sistema operacional Microsoft Windows Server Standard 2019 64 bit.			
--	--	--	--	--	--	--

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Fornecedor
6	UN	100	Licença uso para conexão de vídeo para Software Dahua DSS Pro / LPR.			

3. DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA

- 3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, oriunda deste Pregão Eletrônico, será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.
- 3.2 Caso seja necessária a elaboração do Termo de Contrato, o período de vigência para aquisição dos materiais será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, o que deverá ocorrer dentro do prazo de validade da respectiva Ata, sendo improrrogável o prazo acima, conforme caput do artigo 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013.
- 3.3 O fornecimento do objeto desta Ata será de acordo com as necessidades da CODIUB, que será a requisitante e ordenadora da despesa, condicionado ao recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 3.4 Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.
- 3.5 As entregas dos equipamentos e licença deverão ser realizadas na sede da CODIUB, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, bairro Santa Marta, cidade de Uberaba/MG, CEP 38.061-080 em horário comercial, a qual será de total responsabilidade e risco da licitante vencedora, incluindo o transporte, carga e a descarga, sendo a aceitação do objeto realizada pela Comissão de Recebimentos de Materiais responsável.
- 3.6 Decorrido o respectivo processo licitatório, a empresa vencedora será convocada para entregar o objeto licitado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato e Ordem de Fornecimento.
- 3.7 O objeto desta licitação deverá ser entregue na mesma forma em que é apresentado no comércio, desde que atenda às especificações solicitadas no Edital e Termo de Referência.
- 3.8 A Ordem de Fornecimento só será encaminhada após a assinatura do Termo de Contrato.
- 3.9 O contrato decorrente do presente sistema de registro de preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.10 Os equipamentos novos e as licenças deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, situada na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, bairro Santa Marta, a qual será de total responsabilidade e risco da licitante vencedora o transporte, carga e descarga.

- 3.11 Caberá ao responsável pelo recebimento receber e conferir a qualidade, quantidade, validade e a integridade das embalagens para, posteriormente, atestar as Notas Fiscais.
- 3.12 A entrega de equipamentos fora das especificações deste Edital, com avarias decorrentes do transporte ou com defeitos de fabricação, a empresa deverá, por sua conta, recolher os mesmos e providenciar a devida substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação à empresa.
- 3.12.1 A contratada ficará obrigada a trocar à suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1 **São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas nesta Ata de Registro de Preços, proposta, e Minuta contratual apresentada no certame:**
- 4.1.1 Executar a entrega dos equipamentos e licenças em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas, com os rigores previsíveis em normas de regência e legislação técnica vigente;
- 4.1.2 Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização.
- 4.2 Além das obrigações dispostas no ANEXO II (Termo de Referência) do Edital, a licitante ficará obrigada e responsável pelo que se segue:
- 4.2.1 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação.
- 4.2.2 Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos do objeto deste Edital.
- 4.3 A licitante deverá analisar e consultar as especificações, executando todos os levantamentos de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou de quantidade.
- 4.4 Caberá a licitante contratada consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do objeto especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso da entrega devido ao não cumprimento por parte do fornecedor.
- 4.4.1 A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, fiscalizações, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE;
- 4.4.2 A existência e a atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.
- 4.5 Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

- 4.5.1 É expressamente proibida a contratação de funcionário pertencente ao quadro de pessoal dos contratantes durante a vigência do contrato;
- 4.5.2 A Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições habilitárias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamento e aditivos de qualquer natureza;
- 4.5.3 Obriga-se a licitante vencedora a executar diretamente o contrato sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizadas pela CONTRATANTE;
- 4.5.4 Manter absoluto sigilo sobre os documentos e dados que tiver acesso, em decorrência da execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1 Além das obrigações dispostas no ANEXO II (Termo de Referência) do Edital, os contratantes ficarão obrigados e responsáveis pelo o que se segue:
 - 5.1.1 Prestar informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelos funcionários da licitante vencedora;
 - 5.1.2 Exercer a fiscalização, coordenação e orientação por meio do gestor e fiscal do contrato;
 - 5.1.3 Comunicar oficialmente à licitante vencedora quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
 - 5.1.4 Envidar esforços a tempo para o fornecimento das informações, dados e documentos, da contratante e dos beneficiários, solicitados pela Licitante vencedora;
 - 5.1.5 Facilitar a comunicação entre a Licitante vencedora e os beneficiários no que tange as regras de utilização do contrato;
- 5.2 Cabe à CONTRATANTE, a seu critério e através da área requisitante, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do objeto licitado. Esta fiscalização verificará a correta execução do contrato, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado.
 - 5.2.1 A CONTRATANTE também ficará autorizada à preventivamente, promover a retenção dos créditos devidos em decorrência da execução do presente contrato, quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato relativos ao não pagamento ou a discussões administrativas ou judiciais relativas à encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais resultantes da execução do contrato.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata, satisfeitos os demais requisitos previstos na legislação vigente.
- 6.2 A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações

técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

- 6.3 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Pública de firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 6.4 Para comprovação da vantajosidade dentro do Sistema de Registro de Preços (SRP) faz-se necessária a realização periódica de pesquisa de mercado do objeto a ser contratado.
- 6.5 Este Registro de Preços, durante sua vigência e em conformidade com o artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, poderá ser utilizado por órgãos ou entidades de qualquer esfera da Administração Pública, independentemente da condição de Órgão Participante do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, até o limite de cem por cento, por órgão ou entidade, do quantitativo inicialmente previsto e desde que o quantitativo total, decorrente das adesões à ata de registro de preços, não exceda ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na referida ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 6.6 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 6.7 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 6.7.1 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 6.8 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 6.8.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 7.1 O órgão gerenciador será a Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB.

8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 8.1 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.
- 8.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.
- 8.2 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao da licitante vencedora, estas serão classificadas segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 8.3 Esta ordem de classificação das licitantes registradas deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

9. DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento dos equipamentos e licença será realizado no prazo em duas parcelas de igual valor, sendo a primeira parcela em 30 (trinta) dias a contar da data de entrega dos equipamentos e softwares, e a segunda parcela em 60 (sessenta) dias contado do recebimento.
- 9.2 Deverão estar incluídas no preço do objeto todas as despesas, sem qualquer ônus para a Administração Pública, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.
- 9.3 A nota fiscal/fatura não aprovada pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.
- 9.4 Na eventualidade de atrasos, os valores deverão ser acrescidos de correção pelo INPC/IBGE, ou outro índice que vier substituí-lo.
- 9.5 O preço registrado na presente Ata será do valor unitário de cada item especificado na disputa.
- 9.6 Os preços a serem pagos à CONTRATADA serão os vigentes na data da ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE, independentemente da data de entrega dos equipamentos e licença.
- 9.7 TMO pagamento corresponderá às quantidades efetivamente solicitadas e entregues, devidamente atestadas por empregado designado para tal fim, a quem competirá providenciar seu aceite ou não no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.8 Os preços unitários a serem aplicados às quantidades efetivamente fornecidas serão aqueles constantes nas planilhas de composição de preços advindos da arrematação.
- 9.9 O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município trimestralmente e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

- 9.10 A CONTRATANTE avaliará o mercado trimestralmente e poderá rever os preços registrados, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.
- 9.11 A CONTRATANTE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
- 9.12 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- 9.13 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.
- 9.14 Os preços registrados poderão ser majorados mediante solicitação da CONTRATADA, desde que seu pedido esteja acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto, insumos e outros.
- 9.15 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira.
- 9.16 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial do Município.
- 9.17 No caso de atraso de pagamento serão aplicadas as seguintes sanções:
- 9.17.1 Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, limitada a 2% (dois por cento);
- 9.17.2 Juros moratórios calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, *pró-rata-die*, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta;
- 9.17.3 Correção monetária calculada com base no INPC/IBGE, *pró-rata-die*, incidente a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.
- 9.17.4 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços homologados na Ata, os quais incluem todos os custos necessários à perfeita execução do Contrato.
- 9.17.5 Fica estabelecido que a CONTRATADA não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária e a CONTRATANTE não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

- 9.18 A Nota Fiscal Eletrônica de Serviço ou documento equivalente - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao *e-mail*: <codiub@codiub.com.br>, todavia, as mercadorias serão encaminhadas juntamente com nota Fiscal de simples remessa.
- 9.19 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA.
- 9.20 O pagamento só será liberado quando a nota fiscal estiver em total conformidade com as especificações.
- 9.21 A CONTRATADA deverá fornecer, juntamente com a documentação, declaração da qual conste o número da conta corrente, agência e nome do banco para respectivo pagamento.

10. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 10.1 A CONTRATADA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito por esta Administração Pública, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período.
- 10.2 O objeto ora ajustado, descrito na proposta de preços da CONTRATADA será providenciado, imediatamente, após o recebimento de cada Nota de Empenho.
- 10.3 Para efeito de verificação da conformidade do objeto desta Ata, o Órgão Requisitante efetuará o recebimento na forma que segue:
- 10.3.1 **Recebimento provisório:** é o ato pelo qual o material ou produto encomendado é entregue e instalado ao local previamente designado, não implicando em aceitação. O recebimento provisório se dará no ato da entrega do material e instalação nos locais predeterminados pela Secretaria Requisitante;
- 10.3.2 **Recebimento definitivo (aceitação):** é a operação segundo a qual se declara, na documentação fiscal, que o material ou produto recebido e instalado satisfaz às especificações descritas, após verificação da qualidade e quantidade do objeto. O recebimento definitivo se dará em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, desde que atendidas todas as exigências desta Ata, o Edital e seus ANEXOS.
- 10.4 Como condição para pagamento da Nota Fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
- 10.4.1 Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração Pública.
- 10.5 Quando a CONTRATADA não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocada outra empresa-

licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando-se o disposto no subitem anterior.

11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/adjudicatária que:
- 11.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 11.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 11.1.3 Apresentar documentação falsa;
 - 11.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 11.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.6 Não mantiver a proposta;
 - 11.1.7 Cometer fraude fiscal;
 - 11.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 11.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.4 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o RILC ou com as regras deste Edital, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 11.5 Na hipótese de descumprimento das normas deste Edital ou de inadimplemento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às penalidades previstas no RILC e na Lei 13.303/2016, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, compreendendo as seguintes sanções:
- 11.5.1 **ADVERTÊNCIA** – a sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.
 - a) A aplicação da sanção de advertência importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CONTRATANTE, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não;

- b) A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

11.5.2 **MULTA** – poderá ser aplicada na seguinte forma:

- I. Em decorrência da **interposição de recursos meramente procrastinatórios**, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- II. Em decorrência da **não regularização da documentação de habilitação**, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado da Licitante e concessão pela CONTRATANTE, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- III. Pela **recusa em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- IV. No caso de atraso na entrega da garantia contratual quando houver previsão, após 10 (dez) dias úteis contados da celebração do contrato, incidirá multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- V. No caso de **inexecução parcial**, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada;
- VI. No caso de **inexecução total**, incidirá multa na razão de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato;
- VII. Nos **demais casos de atraso**, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela executada em atraso.

a) **Correspondem os seguintes valores de multa:**

- I. 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia, que ultrapassar o prazo previsto para execução do contrato, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;
- II. Na hipótese de descumprimento das exigências referentes às especificações técnicas ou de quaisquer disposições deste Edital, bem como, atraso superior a 15 (quinze) dias, a empresa vencedora ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;
- III. As multas, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, caso seja superior ao valor da garantia prestada, quando houver previsão, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou cobradas judicialmente;
- IV. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e

impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos.

11.5.3 As sanções de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis

11.5.4 MULTA COMPENSATÓRIA;

I. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

11.5.5 SUSPENSÃO DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CONTRATANTE, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS.

11.5.5.1 Caberá a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

11.5.5.2 São condutas passíveis de punição de suspensão, aquelas nas quais cause danos direto e/ou indiretos à CONTRATANTE, dentre outras: Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);

11.5.5.3 A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada;

11.5.5.4 O prazo da sanção a que se refere o subitem acima, terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Município;

11.5.5.5 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

11.5.5.6 Caso a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um outro contrato, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, garantido o contraditório e a ampla defesa, rescindir o outro contrato mediante comunicação escrita previamente enviada a CONTRATADA, ou mantê-lo vigente;

11.5.5.7 A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.5.5.8 A sujeição da aplicação das penalidades ao exercício do contraditório não impede a CONTRATANTE de a bem do interesse público, rescindir o Contrato de forma unilateral e imediata, ocasião em que a defesa e o recurso administrativo não terão efeito suspensivo;

11.5.5.9 Os referidos valores das multas serão fixados em reais e atualizados pelo INPC

(Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE) na data de sua liquidação;

- 11.5.5.10 Sem prejuízo do exercício do contraditório, as penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas pela metade caso a CONTRATADA demonstre que promoveu atos que reduziram efetivamente os danos resultantes de sua conduta, ou, ainda, no caso de culpa recíproca;
- 11.5.5.11 Se a redução dos danos for completa, as penalidades poderão ser reduzidas em até 2/3 (dois terços);
- 11.5.5.12 A demonstração dos fatos que ensejam a penalidade, bem como da redução a que se referem os itens acima 11.5.5.10 e 11.5.5.11, serão efetuadas em procedimento próprio e posteriormente submetidas à análise do **Advogado Procurador**, para recomendação das providências legais cabíveis;
- 11.5.5.13 A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

b) Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- V. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- VI. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- VII. Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- VIII. Ter criado, de modo fraudulenta ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;
- IX. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulenta, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

- X. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- XI. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

11.6 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12. INCIDÊNCIAS FISCAIS E ENCARGOS

12.1 Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas decorrentes do objeto deste contrato de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, bem como as contribuições previdenciárias, salários, encargos, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, obrigações trabalhistas de natureza extrajudicial ou judicial, penal, cível, comercial ou tributária, gastos com equipamento, montagem de ambiente e outras despesas tais como, alimentação, transporte que se façam necessárias à execução dos serviços, seja de pessoal próprio ou subcontratados.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1 O prazo da presente Ata de registro de Preços será de 12 (doze) meses.

13.2 O CONTRATANTE poderá, antes do término da vigência, rescindir a presente Ata de Registro de Preços nas seguintes hipóteses:

- 13.2.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, exceto se impossibilitado pelo não cumprimento das obrigações do CONTRATANTE;
- 13.2.2 O cometimento reiterado de faltas ou falhas na execução dos serviços;
- 13.2.3 A CONTRATADA estar impossibilitada de prestar os serviços em conformidade com as Especificações Mínimas constantes nesta Ata de Registro de Preços;
- 13.2.4 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste CONTRATO;
- 13.2.5 A decretação de falência, recuperação judicial ou insolvência civil da CONTRATADA;
- 13.2.6 Dissolução da sociedade CONTRATADA;
- 13.2.7 Por razões de interesse público, desde que justificadas e determinadas pela autoridade competente, exaradas em respectivo processo administrativo;
- 13.2.8 Caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;
- 13.2.9 A rescisão do contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, retenção dos créditos dele decorrentes,

ate o limite dos prejuízos causados, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e em Lei, até a completa indenização dos danos.

14. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

14.1 O contrato será acompanhado, coordenado e fiscalizado pelo gestor e fiscal, que são os agentes designados pela CONTRATANTE e terão as seguintes atribuições:

14.1.1 O gestor do contrato será competente para exercer as seguintes funções:

- a) Acompanhar o procedimento licitatório;
- b) Dar ciência aos seus superiores hierárquicos sobre possíveis irregularidades na execução do contrato;
- c) Controlar o prazo de vigência do contrato;
- d) Comunicar à autoridade competente as irregularidades, quando couber.

14.1.2 O fiscal do contrato será competente para exercer as seguintes funções:

- a) Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro no processo todas as ocorrências relacionadas à sua execução do contrato;
- b) Esclarecer dúvidas que estiverem sob a sua alçada;
- c) Verificar se o objeto contratado está acontecendo conforme o pactuado;
- d) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, cumprimento das leis consumeristas e demais leis pertinentes ao contrato, comunicando formalmente ao gestor do contrato as irregularidades.

14.2 A contratante deverá manter atualizados os nomes dos responsáveis do gestor e do fiscal do Contrato.

14.3 A atualização da alteração da designação dos agentes fiscal e gestor do contrato será realizada dentro dos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento, rescisão do contrato de trabalho ou exoneração dos agentes de serviços públicos designados.

14.4 A responsabilidade dos agentes designados pela contratante perdurará até o fim do contrato.

14.5 A CONTRATANTE, por meio do gestor e fiscal do contrato, a qualquer tempo, terá acesso à inspeção do objeto e documentos, verificando as condições de atendimento do contrato.

14.6 A CONTRATANTE prestará informações/esclarecimentos atinentes ao objeto e proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro do prazo e das condições estabelecidas em contrato.

14.7 Os responsáveis designados como gestor e o fiscal do contrato foram designados no presente termo de referência, correspondendo à indicação dos seguintes responsáveis designados:

14.7.1 Designado pela contratante o FISCAL DO CONTRATO: Senhor GLEDSON HUMBERTO DE SOUSA, inscrito com documentos de RG nº M 6.530.537 e CPF/MF nº 947.294.926-68;

14.7.2 Designado pela contratante o GESTOR DO CONTRATO: Senhor EVALDO JOSÉ

ESPÍNDULA, inscrito com documentos de RG nº M-2.238.996 e CPF/MF nº 431.744.186-15.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.
- 15.2 Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias à contratação, inclusive o registro do respectivo instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

16. DO FORO

- 16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Uberaba/MG, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento contratual, em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Uberaba/MG, ____ de _____ de 2020.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
Denis Silva de Oliveira
Diretor Presidente

Evaldo José Espíndula
Diretor Executivo

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO N° ____/2020